

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

a. Atividades

A Battistella Administração e Participações S/A (“Companhia” ou “Grupo”) é uma sociedade por ações com sede em Curitiba, Paraná e está registrada na bolsa de valores de São Paulo (“BOVESPA”) que figura, nessas demonstrações financeiras, como controladora e “Holding”.

O acionista controlador da Companhia é a Aliança Battistella e Agropecuária e Administração de Bens Ltda.

A Battistella Administração e Participações S/A e suas controladas têm como principais atividades preponderantes:

- Comércio de caminhões e ônibus da marca SCANIA, seus acessórios e a prestação de serviços de assistência técnica, através de concessionárias autorizadas;
- Industrialização e comércio de madeiras e seus derivados;
- Prestação de serviços sob a forma de *trading company* atuando com exportação e importação;
- Exploração do ramo de transporte intermodal;
- Participação em outras sociedades.

Em função das atividades da controlada em conjunto Itapoá Terminais Portuários S/A (“Porto”) terem se iniciado em junho de 2011, a mesma, durante a fase inicial de operação incluído a etapa de reestruturação de sua dívida, ocorrida em maio de 2013, quando necessário, recebeu apoio financeiro de seus acionistas na proporção da participação atual na controlada em conjunto, para incrementar e manter suas atividades operacionais, para realizar investimentos em expansão, e, principalmente, para liquidar as parcelas do financiamento existente. Em 2013 o nível de movimentação portuária atingiu volume suficiente para cobrir boa parte das necessidades de caixa. A Administração espera que o nível de movimentação portuária no qual a Companhia opera e o crescimento previsto da operação, no próximo exercício, serão suficientes para cobrir as necessidades de caixa do atual cenário de negócios portuários.

b. Operações de reestruturação

Venda da Battistella Distribuidora

Em 9 de dezembro de 2011 foi celebrado Contrato de Compra e Venda de quotas da Controlada Battistella Distribuidora para a empresa SDMO do Brasil Ltda. A venda foi efetivada em 3 de fevereiro de 2012.

Incorporação da Battistella Veículos Pesados

Em 30 de novembro de 2011, ocorreu a incorporação da Battistella Veículos Pesados Ltda. (Incorporada) na Battistella Administração e Participações S/A (Incorporadora), conforme Ata da 29ª Assembléia Geral Extraordinária e Protocolo e Justificação de Incorporação. A incorporada tinha o capital social de R\$ 19.214, totalmente integralizado em moeda nacional dividido em 19.214 quotas sociais de valor nominal de R\$ 1,00 a unidade, totalmente subscritas e integralizadas. Sendo a incorporadora controladora da incorporada, com participação de 100% do capital social, essa incorporação não gerou acréscimo no patrimônio líquido da incorporadora, motivo pelo qual não houve aumento de capital, nem emissão de novas ações.

Por força do presente ajuste, não houve relação de troca de ações, visto que os valores do patrimônio líquido da Incorporada já estão integralmente refletidos no patrimônio líquido da Incorporadora, em decorrência da aplicação do método da equivalência patrimonial, sendo que a mesma promoveu a baixa na sua conta de investimento.

Venda da Modo Battistella Reflorestamento – Mobasa

A operação teve início em março de 2012 com a publicação de “fato relevante” informando a intenção de venda da Mobasa e que a Companhia havia contratado uma instituição financeira de primeira linha para assessorar na alienação das atividades do setor florestal atualmente desenvolvidas por suas controladas, em linha com seu planejamento estratégico voltado a concentração de suas atividades na área de transporte e logística e redução do seu endividamento de curto e longo prazo, sem, entretanto, se desfazer das atividades industriais de processamento de madeira, que continuam em atividade.

Em junho de 2012 foram realizadas algumas operações com a finalidade de concentrar todos os ativos que foram alienados, na empresa Modo Battistella Reflorestamento S/A – (“Mobasa”), pois ela já detinha a maior parte dos ativos florestais:

Em 26 de outubro de 2012, a Battistella Indústria e Comércio Ltda. (BIC) celebrou contrato com a empresa Rio Negrinho Participações S/A, efetivando a venda da totalidade das ações de emissão da MOBASA de sua titularidade, que representava, aproximadamente 99,30% do capital social votante daquela empresa, a um preço de aquisição no valor de R\$ 175.000. O fechamento do Contrato, naquela data, ainda estava sujeito a condições precedentes usuais nesse tipo de operação, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), conforme fato relevante publicado na referida data.

Por ocasião da venda da MOBASA, a Companhia apurou ganho no valor de R\$ 87.700, decorrentes da diferença entre o valor contábil do investimento, que era de R\$ 87.300, e o valor de venda do mesmo, de R\$ 175.000.

Na mesma data, foi reduzido o capital social da BIC pela Controladora, no montante de R\$ 112.500, via transferência dos recursos financeiros gerados na venda da MOBASA, representando 112.500 quotas sociais com o mesmo valor nominal, permanecendo a BIC com o capital de R\$ 169.545.

Conforme estipulado no Contrato de Venda e Compra de Ações e Outras Avenças, do total do valor de venda, de R\$ 175.000, foram depositados diretamente pela compradora R\$ 114.336, no ato da transação, em contas correntes de Bancos mantidas pela vendedora para remoção dos ônus sobre os imóveis e seus respectivos ativos florestais, reduzindo o endividamento bancário

da Companhia, em R\$ 103.300. Parcela no valor de R\$ 53.195 foi depositada na conta da Companhia, sendo que a diferença, no montante de R\$ 18.505 permaneceu em conta 'escrow', referente a outras obrigações e garantias contratuais, a serem liberados mediante o cumprimento de tais obrigações. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo remanescente em conta *escrow* é de R\$ 5.449.

A Companhia, após a venda da empresa Mobasa, deixou de deter ativos florestais.

c. Reestruturação do endividamento oneroso

A Companhia vem paulatinamente reestruturando o perfil do seu endividamento oneroso, quer seja pela venda de ativos operacionais e não operacionais, quer seja através de renegociações.

Em junho de 2011, houve emissão de debêntures de longo prazo, no valor de R\$ 120.000.

Em 10 de dezembro de 2012 foi realizada a Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie com Garantia Real, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação da Companhia, que aprovou, dentre outras matérias: o resgate antecipado de sessenta debêntures, efetivado mediante o pagamento de R\$ 30.000 de modo que o valor nominal final das debêntures devido pela Companhia passou a ser de R\$ 90.000 de principal; a prorrogação do prazo das debêntures passou a ter cinco anos de vigência com carência de 01 ano com vencimento em 10 de dezembro de 2017 e juros remuneratórios de CDI + 4,5 % a.a. (vide nota explicativa 18).

Na controlada em conjunto, Itapoá Terminais Portuários, em 29 de abril de 2013 foi assinada a Escritura de Emissão Pública de Debêntures (Debêntures) entre a Companhia (Emitente) e as instituições bancárias BB – Banco de Investimento S.A. e Banco Votorantim S.A. (Credores), na proporção de 50% para cada credor, no valor total de R\$ 450 milhões, com taxa indexada ao DI + spread de 3,60% e prazo de 10 anos, sendo 2 anos de carência apenas para principal. A emissão ocorreu em 13 de maio de 2013 e os pagamentos serão semestrais a partir da data de emissão, sendo que a amortização do principal terá início apenas em 13 de maio de 2015, pelo sistema SAC em 17 parcelas, com vencimento final em 13 de maio de 2023. O Agente Fiduciário nomeado é BRL TrustDistribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A..

Os recursos captados através da 1ª Emissão de Debêntures foram utilizados para liquidação antecipada do empréstimo junto ao BVA S.A..

Em 20 de dezembro de 2013, foi alienado o imóvel urbano localizado em São José dos Pinhais/PR, pelo montante de R\$ 22.080 para O.G. Administração de Bens Ltda, sendo a negociação ocorrida da seguinte forma: R\$ 13.000 recebido a vista, e utilizada para quitação total de alienação fiduciária junto a Planner Trustee D.T.V.M. Ltda; 01 parcela de R\$ 1.808 com vencimento para 20 de janeiro de 2014; e o valor de R\$ 7.272 em 09 parcelas de R\$ 808, sendo a primeira com vencimento para 20 de fevereiro de 2014. A venda foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia, conforme ata da 627ª reunião do Conselho, realizada em 12 de dezembro de 2013. No mesmo período foi firmado contrato de aluguel do imóvel entre O.G. Administração de Bens Ltda. e a Companhia, com fins comerciais, para desenvolvimento das atividades no Contrato Social do locatário, pelo valor mensal de R\$ 240, pelo prazo de 120 meses, podendo ser renovado por igual período, desde que haja acordo entre as partes.

d. Continuidade operacional

Com o resultado das ações mencionadas nos itens acima, a Administração planeja liquidar, substancialmente, a dívida de curto prazo e, com o início das operações do Porto, espera aumentar a geração de caixa em montante suficiente que garanta a continuidade de suas operações.

2 Base de preparação e principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

As demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP; e as demonstrações financeiras individuais da controladora, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando de acordo com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas informações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da companhia controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Diretoria em 5 de março de 2014.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em real, sendo esta a moeda funcional adotada e de apresentação da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de elaboração das demonstrações financeiras

Exceto pelas mudanças explicadas na nota explicativa 4, a Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é como segue:

a. Bases de consolidação e investimentos em controladas e controlada em conjunto

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas a Companhia.

Transações eliminadas na consolidação

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas da Companhia são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

O quadro de participações está demonstrado a seguir:

Battistella Administração e Participações S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

Controladas e Controladas em Conjunto	Atividade Principal	Local de constituição e Operação	Controle	Participação e capital votante detidos - %		
				31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Battistella Adm. De Bens Ltda (*1)	Compra e venda de imóveis	Curitiba/PR	direto	0,00%	0,00%	100,00%
Battistella Ind.e Com. Ltda.	Com.atacadista de madeira e produtos derivados	Rio Negrinho/SC	direto	100,00%	100,00%	100,00%
Battistella Trading S.A – Com. Intern.	Participações em sociedades	Rio Negrinho/SC	direto	100,00%	100,00%	100,00%
Modo Battistella Reflorestamento S/A - Mobasa (*2)	Participações em sociedades	Rio Negrinho/SC	direto	0,00%	0,00%	99,29%
Portinvest Participações S.A.	Operações com terminais portuários	Itapoá/SC	conjunto	60,00%	60,00%	60,00%
Itapoá Terminais Portuários S/A	Operações com terminais portuários	Itapoá/SC	indireto	42,00%	42,00%	42,00%
Tangará Participações Ltda.	Participações em sociedades	Curitiba/PR	direto	100,00%	100,00%	100,00%
Battistella Máquinas Ind.Com. Ltda.	Ind. e comércio de máquinas, veículos e motores em geral	Colombo/PR	direto	100,00%	100,00%	100,00%
Battrol Distr.e Imp.de Rol.e Peças Ltda.	Comércio de rolamentos e prods correlatos, prestação serv assist.técnica	São Paulo/SP	direto	100,00%	100,00%	100,00%
Rio Passaúna Administradora de Bens Ltda (*3)	Comércio de rolamentos e prods correlatos, prestação serv assist.técnica	São Paulo/SP	direto	0,00%	0,00%	100,00%
Battistella Distribuidora e Ind. De Peças e Eqptos Ltda (*4)	Com., distrib e prestação de serv no segmento de energia auxiliar	São Paulo/SP	direto	0,00%	0,00%	100,00%

*1 - Empresa encerrada em 2012

*2 - Empresa vendida em 2012

*3 - Empresa vendida em 2012

*4 - Empresa vendida em 2012

Com base nos respectivos Acordos de Acionistas, entende-se que existe controle compartilhado, tanto para o Porto de Itapoá quanto para a Portinvest, sendo os mesmos classificados como “Empreendimento em Conjunto”, conforme pronunciamento no CPC 19 (R2) –

Negócios em Conjunto. Conforme nota explicativa nº 4, a partir de 1º de janeiro de 2013 os componentes do ativo e passivo, as receitas e despesas de tais empresas não foram consolidadas. Consequentemente, as partes integrantes reconhecem seus direitos sobre os ativos líquidos como investimento e contabilizam pelo método da equivalência patrimonial (ver nota explicativa nº 12).

b. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

Vendas de produtos

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e

- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, no caso da venda de caminhões e ônibus, a receita de vendas é reconhecida quando tais produtos são entregues aos clientes, e a titularidade legal do ativo é transferida.

As receitas decorrentes das vendas de outros produtos são reconhecidas quando da entrega e transferência legal da titularidade dos mesmos.

Serviços

As receitas por serviços de assistência técnica prestados são reconhecidas no resultado do exercício por ocasião da conclusão total da prestação do serviço, não havendo qualquer incerteza sobre a sua aceitação pelo cliente.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização.

c. Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

A Companhia como arrendadora

As contas a receber de arrendatários referentes a contrato de arrendamento financeiro são registradas inicialmente com base no valor justo do bem arrendado. O rendimento do arrendamento financeiro é reconhecido nos períodos contábeis, a fim de refletir a taxa de retorno efetiva no investimento líquido da Companhia em aberto em relação aos arrendamentos.

A Companhia como arrendatário

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

d. Contas a receber

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base em análise do percentual histórico de perda dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em função da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

A Companhia efetua o cálculo do ajuste a valor presente do saldo de contas a receber, sobre as operações de longo e curto prazo, quando houver efeito relevante. A taxa de desconto utilizada reflete o efeito do dinheiro no tempo e toma como base taxas de mercado.

e. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem, conforme a classificação dos ativos e passivos financeiros.

f. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

g. Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa da Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período.

h. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis, utensílios, equipamentos e veículos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais relativos ao processo de construção e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com o requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 20 – Custo dos Empréstimos. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Depreciação

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, conforme descrito na nota explicativa 13, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). Na vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

i. Propriedade para investimentos

As propriedades para investimentos são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital. As propriedades para investimentos são mensuradas ao custo, incluindo os custos da transação. O valor refere-se a prédios e barracões que constituem uma fábrica de produtos de madeira, situada no município de Lages – SC, de propriedade da controlada Battistella Indústria e Comércio Ltda. A vida útil remanescente representa em média 33 anos, ou seja, uma depreciação média de 3% ao ano. O valor justo foi determinado com base em laudo de avaliação preparado por empresa terceirizada, e aproxima-se do valor contábil registrado em 2011, 2012 e 2013.

j. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável, acumuladas.

Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

k. Ativo biológico

Os ativos biológicos correspondiam às florestas de pinus, quando estas eram destinadas para produção de madeira serrada, além de venda para terceiros, quando exauridos. O processo de manejo florestal, colheita e replantio para plantios novos tinha um ciclo aproximado de 20 anos, variável com base na cultura e material genético a que se referia. Os ativos biológicos foram mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita.

As premissas significativas, utilizadas anteriormente, na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa 14.

A mensuração dos ativos biológicos foi feita semestralmente, desde que não houvesse indicativos ou indícios de mudanças significativas pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado no período em que ocorreram, em linha específica da demonstração do resultado, denominada “variação do valor justo dos ativos biológicos”. O aumento ou diminuição no valor justo foi determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início do período e no final do período avaliado.

l. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

m. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

n. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

o. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

p. Ativos financeiros

A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Classificam-se como ativos financeiros as quatro categorias a seguir:

- a.** ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado, mostrando separadamente (i) aqueles designados dessa forma no reconhecimento inicial e (ii) os classificados como mantidos para negociação, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração;
- b.** investimentos mantidos até o vencimento;
- c.** empréstimos e recebíveis;
- d.** ativos financeiros disponíveis para venda;

Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- Tiver sido adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou
- Se o reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- Seja um derivativo não designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Se tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou
- Se o ativo financeiro fizer parte de uma Companhia, gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e
- Se o desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou
- Se fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelos ativos financeiros, sendo incluídos na rubrica “Receita Financeira”, na demonstração do resultado. O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa 23.

Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e outras, e adiantamentos diversos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório, caso sejam identificados indicadores de redução do valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que na avaliação individual não apresentam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos incluem a experiência passada da Companhia na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

q. Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Classificação como instrumento de dívida ou de patrimônio

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos pela Companhia são classificados como passivos financeiros ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio.

Instrumentos de patrimônio

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Empréstimos e Recebíveis”.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- Foi adquirido principalmente para recompra no curto prazo;
- Faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pela Companhia e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo; e
- É um derivativo não designado como instrumento de “hedge” efetivo.

Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, iria surgir;
- O passivo financeiro seja parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, gerenciado e com seu desempenho avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou estratégia de investimentos documentados da Companhia, e quando as informações a respeito da Companhia forem fornecidas internamente com a mesma base; ou
- Ativo financeiro for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na rubrica “Despesas Financeiras”, na demonstração do resultado. O passivo financeiro nessa categoria, trata-se basicamente, de swap de taxa de juros. O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa 24.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Baixa de passivos financeiros

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

r. Operações descontinuadas

Uma operação descontinuada é um componente do negócio da Companhia que representa uma importante linha de negócio individual ou área geográfica de operações que foi alienada ou está mantida para venda. A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, a demonstração comparativa de resultado e a demonstração dos fluxos de caixa são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do exercício comparativo.

s. Benefícios a empregados (curto prazo)

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

t. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receitas de juros;
- despesas de juros;
- descontos recebidos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito do Grupo de receber o pagamento é estabelecido.

u. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

v. Lucro (prejuízo) básico por ação

A Companhia apura o saldo de lucro (prejuízo) por ação do período com base na atribuição do resultado do exercício às ações ordinárias emitidas pela Companhia, ponderando as quantidades em circulação durante o período.

2.4 Normas e interpretações novas e revisadas ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para o Grupo estão mencionadas abaixo. O Grupo não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009)

O IFRS 9 (2009) introduz novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob o IFRS 9 (2009), ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. O IFRS 9 (2010) introduz modificações adicionais em relação a passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros e contabilidade de hedge.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) deve causar algum impacto nos ativos financeiros do Grupo, mas nenhum impacto nos passivos financeiros do Grupo.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

3 Uso de estimativas e julgamentos

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

3.1 Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

A Administração revisou os ativos financeiros da Companhia em conformidade com a manutenção do capital e as exigências de liquidez e confirmou a intenção e a obrigação contratual da Companhia manter esses ativos até o vencimento.

3.2 Principais fontes de incertezas nas estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas demonstrações financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando a, seleção de vidas úteis dos bens do imobilizado, a realização dos créditos tributários diferidos, provisões para créditos de liquidação duvidosa, perdas nos estoques, avaliação do valor justo dos ativos biológicos, provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas, avaliação do valor justo de certos instrumentos financeiros, além de redução do valor recuperável de ativos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes, podendo a Companhia estar exposta a perdas que podem ser materiais.

4 Mudanças de práticas contábeis

A partir de 1º de janeiro de 2013, a Companhia passou a adotar o CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto, cujas alterações afetam o tratamento contábil relacionado aos empreendimentos controlados em conjunto nas informações consolidadas da Companhia, de consolidação proporcional para o método de equivalência patrimonial.

Para que os diversos impactos contábeis do CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto fossem avaliados, a Companhia precisou determinar o tipo de negócio em conjunto com o qual está envolvida, em relação ao seu investimento na empresa Portinvest e no Porto de Itapoá. A Companhia avaliou e desde que existe controle compartilhado definido no Acordo de Acionistas firmado entre as partes, entendeu-se que se trata de um “empreendimento em conjunto”. Conseqüentemente, as partes integrantes devem reconhecer seus direitos sobre os ativos líquidos como investimento e devem contabilizá-los adotando o método da equivalência patrimonial.

Para efeito de consolidação das demonstrações financeiras, foi efetuada a transição da consolidação proporcional (método utilizado até então) para o método da equivalência patrimonial.

Conforme previsto no CPC 23, mudanças nas práticas contábeis requerem aplicação retrospectiva ao período apresentado comparativamente mais antigo. A seguir, apresentamos o quadro demonstrativo dos efeitos destes ajustes nos períodos comparativos nas informações consolidadas:

Battistella Administração e Participações S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2012		
Balço Patrimonial	Saldo original desconsiderando as alterações do CPC 19 (R2)	Efeito das alterações	Saldo original considerando as alterações do CPC 19 (R2)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	38.210	(13.895)	24.315
Aplicações financeiras de curto prazo	1.754	(411)	1.343
Contas a receber de clientes	112.697	(1.936)	110.761
Valores a receber de arrendamento mercantil	114	-	114
Estoques	18.154	(853)	17.301
Impostos a recuperar	8.636	(25)	8.611
Adiantamentos diversos	4.731	-	4.731
Despesas antecipadas	578	(2)	576
Outras contas a receber	3.213	(197)	3.016
Ativos classificados como mantidos para venda	120	-	120
Total ativo circulante	188.207	(17.319)	170.888
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais	2.891	-	2.891
Impostos a recuperar	18.065	(161)	17.904
Impostos diferidos	31.595	(31.560)	35
Outros créditos	24.580	-	24.580
	77.131	(31.721)	45.410
Investimentos			
Participações societárias	-	49.154	49.154
Propriedades para investimentos	2.107	-	2.107
Outros investimentos	38	(6)	32
	2.145	49.148	51.293
Imobilizado	227.445	(205.678)	21.767
Intangível	1.408	(1.070)	338
Total ativo não circulante	308.129	(189.321)	118.808
Total do Ativo	496.336	(206.640)	289.696

Battistella Administração e Participações S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2012		
Balanco Patrimonial	Saldo original desconsiderando as alterações do CPC 19 (R2)	Efeito das alterações	Saldo original considerando as alterações do CPC 19 (R2)
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	14.113	(2.193)	11.920
Empréstimos e financiamentos	175.396	(34.490)	140.906
Debêntures e notas promissórias comerciais	10.025	-	10.025
Obrigações sociais e trabalhistas	7.526	(1.443)	6.083
Parcelamentos federais - PAES e REFIS	1.298	-	1.298
Obrigações fiscais	6.943	(426)	6.517
Recursos a devolver a consorciados	1.857	-	1.857
Dividendos a pagar	303	-	303
Adiantamentos de clientes	5.800	(19)	5.781
Outras contas a pagar	12.480	(2.691)	9.789
Total passivo circulante	235.741	(41.262)	194.479
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	178.422	(161.749)	16.673
Debêntures e notas promissórias comerciais	79.086	-	79.086
Transações com partes relacionadas	-	-	-
Provisões para contingências	31.199	(126)	31.073
Imposto de renda e contribuição social diferidos	67	-	67
Obrigações fiscais	6.470	-	6.470
Parcelamentos federais - PAES e REFIS	11.975	-	11.975
Credores diversos	18.690	(3.503)	15.187
	325.909	(165.378)	160.531
Patrimônio líquido			
Capital social	151.556	-	151.556
Reserva de capital	1.254	-	1.254
Reserva de lucros	19.094	-	19.094
Adiantamento p/futuro aumento de capital	-	-	-
Prejuízos acumulados	(237.218)	-	(237.218)
Patrimônio líquido controladores	(65.314)	-	(65.314)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	496.336	(206.640)	289.696

Battistella Administração e Participações S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2012		
Resultado	Saldo original desconsiderando as alterações do CPC 19 (R2)	Efeito das alterações	Saldo original considerando as alterações do CPC 19 (R2)
Receita de vendas, líquida	915.783	33.538	882.245
Variação do valor justo dos ativos biológicos	(800)	-	(800)
Deduções da Receita bruta	(95.417)	(3.034)	(92.383)
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(713.458)	(17.570)	(695.888)
Lucro Bruto	106.108	12.934	93.174
Despesas e Receitas Operacionais			
Despesas com vendas	(27.468)	(1.551)	(25.917)
Despesas Gerais e Administrativas	(77.227)	(7.598)	(69.629)
Honorários dos administradores	(7.068)	(974)	(6.094)
Depreciação	(7.440)	(3.766)	(3.674)
Resultado de equivalência patrimonial	-	29.553	(29.553)
Outras receitas (despesas) operacionais	59.373	(5.583)	64.956
	(59.830)	10.081	(69.911)
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	6.016	783	5.233
Despesas financeiras	(92.425)	(37.079)	(55.346)
Variação cambial líquida	(661)	(381)	(280)
	(87.070)	(36.677)	(50.393)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(40.792)	(13.662)	(27.130)
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Corrente	(7.224)	-	(7.224)
Diferido	13.829	13.662	167
	6.605	13.662	(7.057)
Resultado líquido de operações continuadas	(34.187)	-	(34.187)
Resultado líquido de operações descontinuadas	28	-	28
Prejuízo do exercício	(34.159)	-	(34.159)

Battistella Administração e Participações S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

Balanco Patrimonial	Consolidado		
	01 de janeiro de 2012		
	Saldo original desconsiderando as alterações do CPC 19 (R2)	Efeito das alterações	Saldo original considerando as alterações do CPC 19 (R2)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	21.929	(6.557)	15.372
Aplicações financeiras de curto prazo	6.392	-	6.392
Contas a receber de clientes	80.356	(892)	79.464
Valores a receber de arrendamento mercantil	3.135	-	3.135
Estoques	23.147	(456)	22.691
Impostos a recuperar	4.113	(107)	4.006
Adiantamentos diversos	3.204	(185)	3.019
Despesas antecipadas	712	-	712
Outras contas a receber	3.407	-	3.407
Ativos classificados como mantidos para venda	46.581	-	46.581
Ativos de operações descontinuadas	2.607	-	2.607
Total ativo circulante	195.583	(8.197)	187.386
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Valores a receber de arrendamento mercantil	147	-	147
Depósitos judiciais	2.881	-	2.881
Impostos a recuperar	19.729	(699)	19.030
Impostos diferidos	18.038	(17.898)	140
Partes relacionadas	-	12.029	12.029
Ativos biológicos	68.469	-	68.469
Outros créditos	4.502	(4.375)	127
	113.766	(10.943)	102.823
Investimentos			
Participações societárias	-	22.464	22.464
Propriedades para investimentos	2.169	-	2.169
Outros investimentos	37	(6)	31
	2.206	22.458	24.664
Imobilizado	251.649	(206.988)	44.661
Intangível	1.789	(1.260)	529
Total ativo não circulante	369.410	(196.733)	172.677
Total do Ativo	564.993	(204.930)	360.063

Battistella Administração e Participações S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

Balanco Patrimonial	Consolidado		
	01 de janeiro de 2012		
	Saldo original desconsiderando as alterações do CPC 19 (R2)	Efeito das alterações	Saldo original considerando as alterações do CPC 19 (R2)
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10.520	(3.293)	7.227
Empréstimos e financiamentos	181.692	(37.053)	144.639
Debêntures e notas promissórias comerciais	14.859	-	14.859
Obrigações sociais e trabalhistas	7.862	(979)	6.883
Parcelamentos federais - PAES e REFIS	2.397	-	2.397
Obrigações fiscais	3.704	(413)	3.291
Recursos a devolver a consorciados	1.970	-	1.970
Dividendos a pagar	575	-	575
Adiantamentos de clientes	5.273	(11)	5.262
Passivo bens destinados a venda	33.337	-	33.337
Outras contas a pagar	3.428	(212)	3.216
Total passivo circulante	265.617	(41.961)	223.656
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	188.090	(162.840)	25.250
Debêntures e notas promissórias comerciais	103.715	-	103.715
Provisões para contingências	9.152	(129)	9.023
Imposto de renda e contribuição social diferidos	540	-	540
Parcelamentos federais - PAES e REFIS	17.547	-	17.547
Obrigações fiscais	3.321	-	3.321
Credores diversos	7.544	-	7.544
	329.909	(162.969)	166.940
Patrimônio líquido			
Capital social	151.556	-	151.556
Reserva de capital	1.254	-	1.254
Reserva de lucros	19.094	-	19.094
Prejuízos acumulados	(203.065)	-	(203.065)
Patrimônio líquido controladores	(31.161)	-	(31.161)
Patrimônio líquido não controladores	628	-	628
Patrimônio líquido total	(30.533)	-	(30.533)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	564.993	(204.930)	360.063

5 Caixa e equivalentes de caixa

São constituídos pelos saldos de caixa e bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras referem-se, basicamente, a aplicações pós-fixadas de liquidez imediata, sem perdas significativas no resgate antecipado, contratados em bancos de “1ª linha”. As aplicações financeiras são atualizadas considerando o custo acrescido de juros ajustados ao valor justo, quando aplicável, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, conforme demonstrado abaixo:

Instituição Financeira	Tipo de Aplicação	Controladora		Consolidado		
		31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Caixa e Bancos		6.708	15.807	7.178	16.325	12.181
Aplicações financeiras de liquidez imediata						
HSBC Bank Brasil S/A	CDB	-	700	-	700	-
Banco Votorantim S/A	CDB	-	3.508	-	3.508	-
Banco Bradesco S/A	CDB	1.455	-	1.455	-	3.191
Outros		757	3.782	990	3.782	-
Sub-total		2.212	7.990	2.445	7.990	3.191
Total caixa e equivalente de caixa		8.920	23.797	9.623	24.315	15.372

As aplicações financeiras em moeda nacional, correspondente a Certificados de Depósitos Bancários–CDBs, são indexados pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI, com taxa média anual aproximada de remuneração de 100% (100% em 31 de dezembro de 2012).

As aplicações financeiras em CDB podem ser resgatadas imediatamente sem penalidade de juros, possuindo liquidez diária.

6 Aplicações financeiras

<u>Instituição Financeira</u>	<u>Tipo de Aplicação</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>		
		<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>01.01.2012</u>
Banco Mercantil do Brasil (a)	CDB	1.752	1.343	1.752	1.343	931
Banco Votorantim (b)	CDB	-	-	-	-	5.427
Banco Panamericano S/A (c)	CDB	380	-	380	-	-
Banco Ind. e Comercial S/A (d)	CDB	5.404	-	5.404	-	-
Banco Safra S/A (e)	CDB	6.944	-	6.944	-	-
Banco ABC Brasil (f)	CDB	2.338	-	2.338	-	-
Outros	CDI	-	-	-	-	34
Total aplicações		16.818	1.343	16.818	1.343	6.392
Total circulante		4.090	1.343	4.090	1.343	6.392
Total não circulante		12.728	-	12.728	-	-

- (a) O saldo no valor de R\$ 1.752 no Banco Mercantil do Brasil é garantidor de empréstimo junto à Battistella Administração e Participações S/A, com vencimento em janeiro de 2014 (vide nota explicativa 17).
- (b) O saldo junto ao Banco Votorantim em 31 de dezembro de 2011 era garantidor de empréstimo na Controladora, o qual foi liquidado antecipadamente em março de 2012.
- (c) O saldo no valor de R\$ 380 no Banco Panamericano S/A é garantidor de empréstimo junto à Battistella Administração e Participações S/A, com vencimento final em agosto de 2014.
- (d) O saldo no valor de R\$ 5.404 no Banco Industrial e Comercial S/A é garantidor de fiança bancária contratada pela Battistella Administração e Participações S/A, com vencimento a prazo indeterminado.
- (e) O saldo no valor de R\$ 6.944 no Banco Safra S/A é garantidor de empréstimo junto à Battistella Administração e Participações S/A, com vencimento em setembro de 2015.
- (f) O saldo no valor de R\$ 2.338 no Banco ABC Brasil é garantidor de empréstimo junto à Battistella Administração e Participações S/A, com vencimento em outubro de 2014.

7 Contas a receber de clientes

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>		
	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>01.01.2012</u>
Clientes mercado interno	142.800	102.717	144.747	105.568	76.001
Clientes do mercado externo	-	-	3.995	2.974	2.134
Títulos de crédito (a)	4.827	4.309	4.913	4.435	4.684
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(855)	(1.713)	(911)	(2.093)	(3.194)
(-) Ajuste a valor presente	(27)	(114)	(38)	(123)	(161)
Total clientes	146.745	105.199	152.706	110.761	79.464

- (a) Os títulos de crédito são compostos, basicamente, por cheques endossados, notas promissórias endossadas, duplicatas e outros títulos, gerados nos processos de vendas, especialmente da área de revenda de veículos.

O prazo médio de recebimentos foi de 42 dias em 31 de dezembro de 2013 (46 dias em 31 de dezembro de 2012).

Os valores de contas a receber dados em garantia estão divulgados na nota explicativa 17.

As duplicatas descontadas e as operações de vendor estão demonstradas como empréstimos e financiamentos no passivo.

A composição das contas a receber, por idade de vencimento, é como segue:

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>		
	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>01.01.2012</u>
A vencer	144.892	104.603	149.921	110.064	74.205
Vencidos até 30 dias	1.282	1.402	2.201	1.782	3.033
Vencidos de 31 a 60 dias	289	119	289	126	801
Vencidos de 61 a 90 dias	95	189	95	213	136
Vencidos de 91 a 120 dias	1.069	713	1.069	718	4.644
Vencidos a + de 151 dias	-	-	80	74	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(855)	(1.713)	(911)	(2.093)	(3.194)
(-) Ajuste a valor presente	(27)	(114)	(38)	(123)	(161)
Total clientes	146.745	105.199	152.706	110.761	79.464

A Administração considera o montante da provisão suficiente para cobrir eventuais perdas. A constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa baseou-se no seguinte critério:

- 20% dos títulos vencidos entre 31 e 60 dias
- 30% dos títulos vencidos entre 61 e 90 dias
- 70% dos títulos vencidos acima de 91 dias

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa é registrada na demonstração do resultado, na rubrica de despesas com vendas.

Abaixo, a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>		
	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>01.01.2012</u>
Saldo inicial	(1.713)	(560)	(2.093)	(3.194)	(4.363)
Saldo decorrente da Incorporação	-	-	-	-	-
Constituição	(377)	(1.153)	(433)	(172)	(3.817)
Classificação para operação descontinuada	-	-	-	-	1.310
Reversão	1.235	-	1.615	1.273	3.676
Saldo final	(855)	(1.713)	(911)	(2.093)	(3.194)

8 Estoques

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>		
	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>01.01.2012</u>
Produtos acabados	-	-	1.562	1.341	1.724
Mercadorias para revenda	12.263	13.817	12.538	14.140	19.497
Estoques em elaboração	-	-	1.755	1.739	1.368
Matérias primas	-	-	96	226	65
Quotas de consórcios de bens duráveis (a)	396	612	396	612	399
Outros estoques	33	44	845	776	1.117
Sub-total	12.692	14.473	17.192	18.834	24.170
Provisão para obsolescência e desvalorização dos estoques (b)	(269)	(427)	(934)	(1.123)	(1.099)
Provisão para desvalorização dos estoques (c)	-	(45)	(342)	(410)	(380)
Total Geral	12.423	14.001	15.916	17.301	22.691

- (a) As quotas de consórcios de bens duráveis referem-se a valores pagos à Scania Administradora de Consórcios para aquisição futura de veículos, os quais serão destinados a revenda.
- (b) Provisão para obsolescência dos estoques é calculada com base nos estoques sem movimentação acima de um ano e que não podem ser utilizados em outros processos de fabricação ou sem movimentação.
- (c) Provisão para desvalorização dos estoques é constituída na empresa Battistella Indústria e Comércio Ltda., com base nos produtos que apresentaram valor líquido realizável inferior aos custos registrados contabilmente.

A Administração espera que os estoques sejam realizados em um período inferior a 12 meses.

9 Impostos a recuperar

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>		
	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>01.01.2012</u>
Finsocial (a)	-	-	2.507	5.564	4.989
ICMS (b)	137	158	1.633	4.540	5.979
IPI (b)	-	-	911	873	841
Imposto de Renda (c)	645	4.049	869	5.307	1.590
Contribuição Social (c)	654	1.454	736	1.473	29
INSS (d)	451	-	2.226	1.782	2.104
Cofins (e)	105	41	7.434	7.503	8.016
PIS (e)	23	9	1.636	1.549	1.564
(-) Provisão para não realização (f)	-	-	(1.947)	(2.076)	(2.076)
Total Impostos a recuperar	2.015	5.711	16.005	26.515	23.036
Total circulante	1.935	5.613	4.421	8.611	4.006
Total não circulante	80	98	11.584	17.904	19.030

- (a) Refere-se a recolhimento de Finsocial feito a maior, cuja recuperação já foi decidida judicialmente de forma final e homologada pela Receita Federal e estão disponíveis para compensação com outros tributos federais pela Companhia. O mesmo encontra-se classificado no ativo não circulante, pois a Companhia está avaliando a melhor forma de compensação desses créditos.

- (b) Os valores de ICMS e IPI referem-se a créditos oriundos das operações das Companhias, registrados nos respectivos livros fiscais. Parte desses créditos, no valor de R\$ 1.573, foram classificados no ativo não circulante em virtude da capacidade das Controladas em compensar esses montantes no período após doze meses. Os créditos de ICMS da empresa Battistella Indústria e Comércio Ltda., no montante de R\$ 2.598, homologados pelo Estado de Santa Catarina, foram internamente negociados com terceiros, não restando mais saldo em 2013.
- (c) Refere-se, principalmente a antecipação de imposto de renda e contribuição social em 2012 e 2013 pela controladora.
- (d) Refere-se, basicamente, a INSS a recuperar de pagamentos a maior, realizados pela Battistella Trading S/A, a qual está avaliando a forma de compensação desse crédito, o mesmo encontra-se classificado no ativo não circulante.
- (e) Os créditos de PIS e COFINS referem-se, principalmente, a créditos extemporâneos dos anos de 2006 a 2011, como previsto na legislação e não utilizados pela Companhia. Dentre as opções para utilização dos créditos mencionados acima, o departamento jurídico da Companhia está realizando estudos visando melhor aproveitamento através de transferências de atividades operacionais entre as empresas da Companhia e incorporação de empresas, e pedido de restituição e habilitação junto às autoridades fiscais no Brasil. Os estudos efetuados pela Administração indicaram a necessidade de constituição de provisão para perdas no montante de R\$ 1.947 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 2.076 em 31 de dezembro de 2012) para cobrir eventuais perdas pela realização desses ativos por valor inferior ao registrado contabilmente.
- (f) A provisão foi constituída com base em estudos para a realização de créditos extemporâneos de PIS e COFINS, conforme mencionado na nota (e) acima.

10 Outras contas a receber

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>		
	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>01.01.2012</u>
Pyatov Participações Ltda (a)	-	-	-	-	2.814
SDMO do Brasil Ltda (b)	5.792	7.077	5.792	7.077	-
Rio Negrinho Participações S/A (c)	-	-	5.449	18.505	-
OG Administradora de Bens Ltda. (e)	9.080	-	9.080	-	-
Outros (d)	3.359	16.253	2.072	2.014	720
Total outras contas a receber	18.231	23.330	22.393	27.596	3.534
Total circulante	13.323	17.255	11.416	3.016	3.407
Total não circulante	4.908	6.075	10.977	24.580	127

- (a) Refere-se ao saldo do valor a receber pela venda das ações da empresa Vale Rio Canoas Silvicultura e Extração S/A para a empresa Pyatov Participações Ltda. em 29 de dezembro de 2010, pelo valor de US\$ 23.100.000. O saldo a receber remanescente para 2012 referente a US\$ 1.500.000 foi baixado pela “recompra” das florestas Santa Úrsula e Santa Luzia na data de 4 de junho de 2012.

- (b) Refere-se ao valor a receber da SMDO do Brasil pela venda da empresa Battistella Distribuidora, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, da seguinte forma:
- O valor de R\$ 1.068 (R\$ 1.077 em 2012) refere-se a crédito tributário decorrente de precatório a favor da companhia, recebido de ação contra o Estado de São Paulo, cujo valor será recebido da SDMO em até sete dias úteis do efetivo recebimento ou utilização, quando ocorrer.
 - O valor de R\$ 4.724 (R\$ 6.000 em 2012) permanece em uma conta de depósito em garantia que deverá ser mantido por um período mínimo de seis anos como garantia das obrigações de indenização, quando ocorrerem.
- (c) Refere-se a saldo a receber da Companhia Rio Negrinho Participações S/A pela venda das ações da companhia Modo Battistella Reflorestamento S/A - Mobasa, depositado em uma conta controlada (*Escrow*) e que serão movimentados e liberados nos termos do contrato de venda e compra, sob administração do depositário, conforme descrito na nota explicativa 1.b.
- (d) Refere-se, substancialmente, a crédito com parte relacionada. O saldo corresponde a R\$ 1.911 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 14.424 em 31 de dezembro de 2012). Conforme nota explicativa 11.
- (e) Conforme nota explicativa 1.

11 Transações com partes relacionadas

As transações entre empresas da Companhia mantidas na controladora e no consolidado, com impacto no ativo e passivo, podem ser resumidas como segue:

		Controladora 31.12.2013					
		Battistella Indústria e Comércio Ltda.	Battistella Trading S.A.	Battrol Distr. Imp. Rol. Pecas Ltda.	Portinvest Participações S/A	Mellya Participações	Outros diversos
ATIVO							
CIRCULANTE							
Contas a receber	(a)	1.911	-	-	-	-	-
Total circulante		1.911	-	-	-	-	-
NÃO CIRCULANTE							
Créditos com pessoas ligadas - mútuo	(b)	4.109	-	-	-	-	-
Outras contas a receber		-	-	-	(c) 150	-	-
Total não circulante		4.109	-	-	150	-	-
TOTAL ATIVO		6.020	-	-	150	-	-
PASSIVO							
NÃO CIRCULANTE							
Créditos com pessoas ligadas - mútuo		-	-	21	-	-	-
		-	-	21	-	-	-
TOTAL PASSIVO		-	-	21	-	-	-

Battistella Administração e Participações S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

Controladora						
31.12.2012						
	Battistella Indústria e Comércio Ltda.	Battistella Trading S.A.	Battrol Distr. Imp. Rot. Peças Ltda.	Portinvest Participações S/A	Mellya Participações	Outros diversos
ATIVO						
CIRCULANTE						
Contas a receber	(a) 14.424	(d) 6.349	-	-	-	-
Total circulante	14.424	6.349	-	-	-	-
NÃO CIRCULANTE						
Créditos com pessoas ligadas - mútuo	(b) 113	-	-	-	-	-
Total não circulante	113	-	-	-	-	-
TOTAL ATIVO	14.537	6.349	-	-	-	-
PASSIVO						
CIRCULANTE						
Dividendos a pagar	-	-	-	-	292	11
Total circulante	-	-	-	-	292	11
NÃO CIRCULANTE						
Créditos com pessoas ligadas - mútuo	-	-	21	-	-	-
	-	-	21	-	-	-
TOTAL PASSIVO	-	-	21	-	292	11

Consolidado					
31.12.2013					
	Battistella Indústria e Comércio Ltda.	Portinvest Participações S/A	Mellya Participações	Não controladores Modo Battistella	Outros diversos
ATIVO					
NÃO CIRCULANTE					
Créditos com pessoas ligadas - AFAC	-	150	-	-	-
Total não circulante	-	150	-	-	-
TOTAL ATIVO	-	150	-	-	-

Consolidado					
31.12.2012					
	Battistella Indústria e Comércio Ltda.	Portinvest Participações S/A	Mellya Participações	Não controladores Modo Battistella	Outros diversos
ATIVO					
CIRCULANTE					
Dividendos a receber	-	97	-	-	-
Total circulante	-	97	-	-	-
TOTAL ATIVO	-	97	-	-	-
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Dividendos a pagar	-	-	292	-	11
Total circulante	-	-	292	-	11
TOTAL PASSIVO	-	-	292	-	11

Consolidado					
01.01.2012					
	Battistella Indústria e Comércio Ltda.	Portinvest Participações S/A	Mellya Participações	Não controladores Modo Battistella	Outros diversos
ATIVO					
CIRCULANTE					
Dividendos a receber	-	97	-	-	-
Total circulante	-	97	-	-	-
NÃO CIRCULANTE					
Créditos com pessoas ligadas - AFAC	-	-	-	-	-
Créditos com pessoas ligadas - mútuo	-	(e) 12.029	-	-	-
Total não circulante	-	12.029	-	-	-
TOTAL ATIVO	-	12.126	-	-	-
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Transações com partes relacionadas	(f) 14.132	-	-	-	-
Dividendos a pagar	-	-	292	272	11
Total circulante	14.132	-	292	272	11
TOTAL PASSIVO	14.132	-	292	272	11

- (a) Saldo a receber da controlada BIC, decorrente da transação descrita na nota explicativa 1, ocorrida no dia 13 de dezembro de 2012.
- (b) Os contratos de mútuo estão sendo atualizados à taxa de 100% e de 102% CDI ao mês. Os vencimentos desses contratos estão previstos para meados de 2013, com possibilidade de prorrogação por mais dois anos.
- (c) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital com a parte relacionada Portinvest.
- (d) Referem-se a valores a receber entre a Controladora e a Controlada Battistella Trading S.A., decorrentes de distribuição de dividendos. Conforme estatuto da Companhia, os dividendos que não forem reclamados após três anos da publicação do ato societário onde tal dividendo foi aprovado, serão revertidos em favor da Companhia. O saldo foi transferido para o não circulante uma vez que a expectativa de recebimento supera 360 dias.
- (e) Os contratos de mútuo foram atualizados à taxa de 100% e de 102% CDI ao mês. Os vencimentos desses contratos tinham prazo de 5 anos.
- (f) Em 2012 foram realizadas algumas operações com a finalidade de concentrar todos os ativos que foram alienados na empresa Mobasa, pois ela já tinha parte dos ativos florestais, os quais foram liquidados quando da conclusão do referido projeto, conforme descrito na nota explicativa 1.b..

As transações entre empresas mantidas na controladora e consolidado, com impacto no resultado, podem ser resumidas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
RESULTADO				
Despesas financeiras (a)				
Aliança Battistella Agrop. e Adm. Bens	280	1.626	280	1.626

	Controladora						
	31.12.2013						
	Modo Battistella Reforest. S/A - Mobasa	Battistella Distr. Imp. Rol. Peças Ltda.	Battistella Adm. E Partic. S/A	Battistella Indústria e Comércio Ltda.	Aliança Battistella Agrop. e Adm Bens	Não controladores Modo Battistella	Outros diversos
RESULTADO							
Receita financeira	-	(2)	(131)	-	-	-	-
Despesa financeira	-	2	3	329	280	-	-
Rateio de despesas	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO	-	-	(128)	329	280	-	-

	Controladora						
	31.12.2012						
	Modo Battistella Reforest. S/A - Mobasa	Battistella Distr. Imp. Rol. Peças Ltda.	Battistella Adm. E Partic. S/A	Battistella Indústria e Comércio Ltda.	Aliança Battistella Agrop. e Adm Bens	Não controladores Modo Battistella	Outros diversos
RESULTADO							
Receita financeira	(919)	-	(1.960)	-	-	-	-
Despesa financeira	51	-	-	981	1.626	-	-
Rateio de despesas (b)	674	-	18.034	1.894	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO	(194)	-	16.074	2.875	1.626	-	-

- (a) Refere-se a despesas com aval sobre garantias de empréstimos dadas a Controladora.
- (b) Referem-se aos valores originados pelo Convênio de compartilhamento de recursos, esforços e rateio de despesas comuns entre si que celebraram as empresas do Grupo Battistella, conforme contrato firmado em 2 de janeiro de 2008. Quando vigente, o Convênio tinha por objetivo estabelecer critérios e parâmetros que obrigavam as empresas controladas a reembolsar a empresa Controladora relativamente aos recursos e esforços despendidos por esta com a

finalidade de viabilizar a realização das atividades administrativas de forma centralizada, bem como a implementação de atividades ou empreendimentos comuns. A partir de 2013 o referido contrato não foi renovado entre as partes devido às operações de reestruturações ocorridas na Companhia, sendo que a Mobasa foi alienada, a Battistella Administração incorporou a atividade de veículos pesados e com relação à prestação dos serviços administrativos que eram prestadas para a Battistella Indústria e Comércio, foram descontinuados.

Vendas de produtos e serviços entre empresas

Ocorreram as seguintes operações de vendas de produtos e serviços entre empresas relacionadas:

	<u>31.12.2013</u>		<u>31.12.2012</u>	
	<u>Vendas</u>	<u>Compras</u>	<u>Vendas</u>	<u>Compras</u>
Battistella Ind.e Comércio Ltda	-	-	-	3.063
Modo Battistella Reflorest. S/A - Mobasa	-	-	3.063	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.063</u>	<u>3.063</u>

Nas transações comerciais com partes relacionadas, a Companhia utiliza preços e prazos definidos entre as partes. Para fins de consolidação, 100% dos valores foram eliminados.

Remuneração dos Administradores

Remuneração

	Controladora	
	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Conselho de administração	3.254	2.856
Diretoria	1.038	1.443
	<u>4.292</u>	<u>4.299</u>

	Consolidado	
	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Conselho de administração	3.254	3.264
Diretoria	1.322	2.830
	<u>4.576</u>	<u>6.094</u>

Benefícios

	Controladora	
	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Conselho de administração (a)	235	267
Diretoria (b)	74	103
	<u>309</u>	<u>370</u>

	Consolidado	
	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Conselho de administração (a)	380	384
Diretoria (b)	73	154
	<u>453</u>	<u>538</u>

A remuneração da Administração é fixada pelo Conselho de Administração em Assembleia Geral Ordinária – AGO de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto da Companhia. Desta forma, na AGO realizada 25 de abril de 2013 foi deliberado o montante da remuneração global anual do Conselho de Administração e da Diretoria fixada até o limite de R\$ 6.741 para a Controladora no exercício de 2013. Em 2012 a remuneração fixada correspondia até o limite de R\$ 6.300.

A remuneração da Administração (benefícios de curto prazo) contempla os honorários dos respectivos conselheiros, honorários e remuneração dos diretores. Os referidos montantes estão registrados na rubrica “Honorário dos Administradores”.

A Companhia não possui plano de previdência ou remuneração sob a forma de pagamento baseado em ações.

- (a) Refere-se a gastos com plano médico
- (b) Refere-se a gastos com plano médico e aluguel de veículo.

12 Investimentos em controladas e controladas em conjunto

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento do exercício:

a. Sociedades controladas em conjunto:

a.1 Portinvest Participações S/A

Conforme Estatuto Social da Portinvest, Ata sumária da 12ª Assembleia Geral Extraordinária, de 23 de junho de 2009, a aprovação das matérias que estão sujeitas ao quorum qualificado nas sociedades investidas dependerá de prévia aprovação pelo Conselho de Administração, composto por membros escolhidos em conjunto pelos sócios da Portinvest. As decisões não são tomadas exclusivamente por um dos sócios, sendo que o mecanismo de tomada das decisões compete a um órgão colegiado composto por representantes dos acionistas.

A Portinvest detém 70% de participação na empresa Itapoá Terminais Portuários. Na Itapoá, o Conselho de Administração é composto por membros escolhidos em conjunto pelos sócios. As decisões não são tomadas por um dos sócios exclusivamente, e sim, compete a um órgão colegiado composto por representantes dos acionistas.

b. A movimentação dos investimentos, apresentado nas demonstrações financeiras da Controladora, é como segue:

b.1 Controladora

	Saldo 01.01.2012	Aumento (redução) de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Baixas / Transf	Saldo 31.12.2012	Aumento (redução) de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Baixas / Transf	31.12.2013
Battistella Administradora de Bens Ltda	10	-	-	(10)	-	-	-	-	-
Battistella Ind.e Com. Ltda.	10.562	79.318	66.860	(112.499)	44.241	-	3.082	-	47.323
Battistella Trading S.A – Com. Intern.	17.320	187	(26.559)	-	(9.052)	6.522	(11.054)	(2.061)	(15.645)
Modo Battistella Reflorest. S/A - Mobasa	88.077	-	(677)	(87.400)	-	-	-	-	-
Portinvest Participações S.A.	490	56.242	(2.957)	(48.306)	5.469	20.096	(365)	2.326	27.526
Tangará Participações Ltda.	6	-	-	-	6	-	-	-	6
Battistella Ind.Com.Máquinas Ltda.	(1.053)	225	(323)	-	(1.151)	119	43	9	(980)
Battrol Distr..e Imp.de Rol.e Peças Ltda.	(674)	347	(455)	-	(782)	300	435	(108)	(155)
Rio Passaúna Adm. de Bens Ltda	1	-	-	(1)	-	-	-	-	-
Outros investimentos mantidos ao custo	2	-	-	-	2	-	-	-	2
Total	114.741	136.319	35.889	(248.216)	38.733	27.037	(7.859)	166	58.077
Investimento no ativo	116.468	135.684	47.912	(248.140)	51.924	27.037	(1.745)	4.512	81.728
(-) Provisão para passivo a descoberto em controlada	(1.727)	635	(12.023)	(76)	(13.191)	-	(6.114)	(4.346)	(23.651)
Saldo líquido do investimento	114.741	136.319	35.889	(248.216)	38.733	27.037	(7.859)	166	58.077

Abaixo demonstramos as informações financeiras das empresas investidas em 31 de dezembro de 2013:

	Battistella Ind.e Com. Ltda.	Portinvest Participações S.A.	Battistella Máquinas Ind. e Com. Ltda.	Battrol Distr..e Imp.de Rol.e Peças Ltda.	Tangará Participações Ltda.	Battistella Trading S.A – Com. Intern.
Ativo	93.405	428.177	160	205	5	2.602
Passivo	46.083	333.176	1.140	360	-	18.246
Patrimônio líquido	47.322	95.001	(980)	(155)	5	(15.644)
Receita	80.990	123.311	-	-	-	-
Resultado do exercício	3.082	(20.413)	43	435	-	(11.054)

b.2 Consolidado

	Saldo 01.01.2012	Aumento (redução) de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Baixas / Transf	Saldo 31.12.2012	Aumento (redução) de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Baixas / Transf	31.12.2013
Portinvest Participações S.A.	22.464	56.242	(29.552)	-	49.154	20.096	(12.249)	-	57.001
Saldo líquido do investimento	22.464	56.242	(29.552)	-	49.154	20.096	(12.249)	-	57.001

A Companhia passou a demonstrar no consolidado o saldo de seus investimentos nas empresas controladas em conjunto, em consequência da adequação ao CPC 19 (R2) – *Negócios em conjunto*. No investimento corresponde ao valor de R\$ 57.620 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 49.154 em 31 de dezembro de 2012); no resultado apresenta um resultado negativo de R\$ 12.344 em 31 de dezembro de 2013 (negativo de R\$ 29.552 em 31 de dezembro de 2012).

13 Imobilizado

<u>Controladora</u>	31.12.2013			31.12.2012			01.01.2012
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado							
Terrenos	744	-	744	870	-	870	870
Imóveis	6.438	(189)	6.249	12.685	(2.223)	10.462	10.667
Máquinas, equipamentos e instalações	3.135	(2.341)	794	2.874	(2.210)	664	729
Veículos	598	(473)	125	805	(482)	323	234
Móveis, utensílios e ferramentas	6.384	(4.038)	2.346	5.831	(3.633)	2.198	2.097
Computadores e periféricos	3.550	(3.145)	405	3.458	(2.936)	522	757
Benfeitorias em bens de terceiros	3.199	(2.067)	1.132	2.340	(1.834)	506	570
Outras imobilizações	1.373	(890)	483	1.276	(801)	475	558
Total	25.421	(13.143)	12.278	30.139	(14.119)	16.020	16.482

<u>Consolidado</u>	31.12.2013			31.12.2012			01.01.2012
	Custo	Depreciação Amortização Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Redução ao Valor Recuper. (Impairment)	Líquido
Imobilizado							
Terrenos	3.125	-	3.125	3.251	-	-	3.251
Imóveis	19.052	(8.127)	10.925	25.999	(9.937)	-	16.062
Máquinas, equipamentos e instalações (a)	44.896	(37.389)	7.507	44.934	(35.566)	(13.227)	(3.859)
Veículos	8.911	(7.727)	1.184	8.878	(6.604)	-	2.274
Móveis, utensílios e ferramentas	8.601	(6.089)	2.512	8.032	(5.627)	-	2.405
Computadores e periféricos	4.412	(3.954)	458	4.318	(3.722)	-	596
Benfeitorias em bens de terceiros	3.199	(2.066)	1.133	2.340	(1.833)	-	507
Outras Imobilizações	4.444	(3.917)	527	4.342	(3.813)	-	529
Imobilizações em andamento	183	-	183	2	-	-	2
Total	96.823	(69.269)	27.554	102.096	(67.102)	(13.227)	21.767

- (a) Em 2009, em função das novas diretrizes da Companhia, houve a redução das atividades com madeira serrada da Battistella Indústria e Comércio Ltda.. Devido à existência de bens desativados, e ativos imobilizados operando com baixo volume de produção, a Administração elaborou, naquele ano, estudos com base em suas análises dos fluxos de caixa preparados de acordos com a projeção orçamentária aprovada pela Administração de acordo com o pronunciamento contábil CPC 1 (IAS 36) -Redução ao Valor Recuperável de Ativos, para verificar se os ativos com essas características estavam registrados por valor superior aquele possível de ser recuperado por uso ou venda. Após a conclusão desses estudos, a Administração da Companhia concluiu pela necessidade de registro de provisão para *impairment* no montante de R\$ 13.227.

Desde então, a Administração vem atualizando anualmente os estudos de recuperabilidade dos ativos, tendo concluído em 2013 pela reversão da provisão constituída, de forma refletir os resultados reais obtidos pela unidade de negócio de Madeiras da Companhia.

O estudo realizado, que embasa a reversão da totalidade do *Impairment* demonstra que há previsão de lucro também para 2014 e dali por diante naquela unidade. Em 2013, mesmo tendo ocorrido uma transição em função da estrutura administrativa necessária para realizar a gestão dos ativos florestais, a empresa auferiu lucro. Além disso, para 2014 a Administração prevê revisões nas operações, além da renovação de diversos contratos com suas respectivas adequações para a nova estrutura de negócio.

A Companhia efetua anualmente a revisão da vida útil dos imobilizados, a qual exige que a vida útil e o valor residual do imobilizado sejam revisados no mínimo a cada exercício.

A vida útil dos itens utilizada no cálculo da depreciação em média é como segue:

Battistella Administração e Participações S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

	<u>Anos</u>
Imóveis	60
Máquinas, equipamentos e instalações	10
Veículos	5
Veículos adquiridos por arrendamento financeiro	5
Móveis, utensílios e ferramentas	10
Computadores e periféricos	5
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10

Abaixo demonstramos quadro da movimentação do ativo imobilizado:

Custo	Controladora							
	Terrenos	Imóveis	Máquinas	Veículos	Móveis, Utensílios e Ferramentas	Computadores e Periféricos	Benfeitorias em Bens de terceiros	Outras Imobilizações Técnicas
Saldo em 01 de janeiro de 2012	870	12.571	2.799	783	5.366	3.368	1.970	1.269
Adições	-	126	88	191	493	180	408	7
Baixas	-	(12)	(13)	(169)	(28)	(90)	(38)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	870	12.685	2.874	805	5.831	3.458	2.340	1.276
Adições	-	5.572	333	213	592	92	1.128	97
Baixas (a)	(126)	(11.819)	(72)	(420)	(39)	-	(269)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	744	6.438	3.135	598	6.384	3.550	3.199	1.373

- (a) A baixa na conta Imóveis decorre da venda do imóvel de São José dos Pinhais, sede da Companhia, conforme nota explicativa nº 1.c. O impacto dessa venda no resultado monta em uma receita de R\$ 13.004.

Depreciação acumulada	Imóveis	Máquinas	Veículos	Móveis, Utensílios e Ferramentas	Computadores e Periféricos	Benfeitorias em Bens de terceiros	Outras Imobilizações Técnicas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2012	1.904	2.070	549	3.269	2.611	1.400	711	12.514
Adições	344	143	98	368	413	434	90	1.890
Baixas	(25)	(3)	(165)	(4)	(88)	-	-	(285)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.223	2.210	482	3.633	2.936	1.834	801	14.119
Adições	297	162	97	410	209	400	89	1.664
Baixas	(2.330)	(31)	(106)	(5)	-	(168)	-	(2.640)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	190	2.341	473	4.038	3.145	2.066	890	13.143

Custo	Consolidado								
	Terrenos	Imóveis	Máquinas e Equipamentos	Móveis, Utensílios e Ferramentas	Computadores e Periféricos	Veículos	Imobilizações em andamento	Benfeitorias	Outras Imobilizações
Saldo em 01 de janeiro de 2012	18.293	26.953	46.095	7.994	4.389	22.788	102	1.971	5.092
Adições	691	311	270	521	196	208	122	408	11
Baixas	(15.733)	(1.426)	(1.469)	(483)	(267)	(14.132)	(9)	(39)	(761)
Transferências	-	161	38	-	-	14	(213)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.251	25.999	44.934	8.032	4.318	8.878	2	2.340	4.342
Adições	-	5.571	337	607	94	453	181	1.128	102
Baixas	(126)	(12.518)	(375)	(38)	-	(420)	-	(269)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	3.125	19.052	44.896	8.601	4.412	8.911	183	3.199	4.444

Depreciação Acumulada e Valor Recuperável de Ativos	Consolidado							Total Depreciação
	Imóveis	Máquinas e Equipamentos	Móveis, Utensílios e Ferramentas	Computadores e Periféricos	Veículos	Benfeitorias em bens de terceiros	Outras Imobilizações	
Saldo em 01 de janeiro de 2012	9.640	34.592	5.517	3.494	16.908	1.399	4.239	75.789
Adições	759	2.311	452	458	2.698	434	147	7.259
Baixas	(462)	(1.337)	(342)	(230)	(13.002)		(573)	(15.946)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	9.937	35.566	5.627	3.722	6.604	1.833	3.813	67.102
Adições	656	2.155	467	233	1.229	401	104	5.245
Baixas	(2.467)	(332)	(5)	-	(106)	(168)	-	(3.078)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	8.126	37.389	6.089	3.955	7.727	2.066	3.917	69.269

Os valores do ativo imobilizado dados em garantia estão divulgados na nota explicativa 17.

14 Ativo biológico

Os ativos biológicos anteriormente registrados na Companhia compreendiam o cultivo e plantio de florestas de pinus para abastecimento de matéria-prima na produção de madeira serrada e vendas de toras de madeira para terceiros. Com a venda da empresa Modo Battistella Reflorestamento S/A – Mobasa, em 13 de dezembro de 2012, a Companhia não possui mais ativos biológicos.

O saldo dos ativos biológicos da Companhia era composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo de ativos biológicos como um todo seja registrado ao valor justo, menos os custos necessários para colocação dos ativos em condição de uso ou venda, da seguinte forma:

Descrição	Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Custo de formação dos ativos biológicos	-	58.051	53.312
Aquisição de florestas	-	4.360	-
Movimentação líquida entre o valor justo e custo de formação	-	3.144	15.157
Baixa do ativo biológico (a)	-	(65.555)	-
Valor justo dos ativos biológicos	-	-	68.469

Na avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo foram consideradas estimativas, tais como: preço de madeira, taxa de desconto, plano de colheita das florestas e volume de produtividade, as quais estavam sujeitas a incertezas, podendo ter gerado efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

Os ativos biológicos foram registrados substancialmente em empresa com regime de tributação do lucro presumido, portanto os ajustes gerados pela mensuração dos ativos biológicos ao valor justo resultaram no reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferida passiva considerando a realização desse ativo por esse regime de tributação.

- (a) A empresa Modo Battistella Reflorestamento S/A foi vendida para a empresa Rio Negrinho Participações S/A em 13 de dezembro de 2012 (ver nota explicativa 1), não restando, portanto, saldos de ativos biológicos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos

Com base no CPC 29 (IAS 41) - Ativo Biológico e Produto Agrícola, a Companhia reconheceu seus ativos biológicos ao valor justo seguindo as seguintes premissas em sua apuração:

- i. As florestas a partir do ano de plantio, foram valorizadas por seu valor justo, o qual refletiu o preço de venda do ativo menos os custos necessários para colocação do produto em condições de venda ou consumo;
- ii. A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos correspondeu à projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;
- iii. A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao WACC da Companhia (11% a.a), o qual foi revisado periodicamente pela Administração;
- iv. Os volumes de produtividade projetados das florestas foram definidos com base em uma estratificação em função de cada material genético implantado, solo, clima nos locais de plantio. O conjunto dessas características compõe um índice denominado IMA (Incremento Médio Anual), expresso em metros cúbicos por hectare/ano utilizado como base na projeção de produtividade.
- v. Os preços dos ativos biológicos, denominados em R\$/metro cúbico foram obtidos através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas, além dos preços praticados pela Companhia em vendas para terceiros. Os preços obtidos foram ajustados deduzindo-se os custos de capital referente a terras, em decorrência de serem ativos contribuintes para o plantio das florestas e demais custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;
- vi. Os gastos com plantio referiram-se aos custos de formação dos ativos biológicos;
- vii. A apuração da exaustão dos ativos biológicos foi realizada com base no valor justo dos ativos biológicos colhidos no período;
- viii. A Companhia efetuou a reavaliação do valor justo de seus ativos biológicos semestralmente, inclusive para fechamento das suas demonstrações financeiras anuais, tendo sido constatado que não houve variações significativas de preço nesses períodos, sob o entendimento de que este intervalo foi suficiente para que não houvesse defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos que estavam registrados em suas demonstrações financeiras.

Reconciliação das variações de valor justo

Abaixo, demonstração da movimentação do período:

Reconciliação das variações de valor justo

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 01 de Janeiro de 2012	68.469
Plantio	5.623
Exaustão	(12.096)
Compras de novas florestas	4.360
Variação de valor justo:	(801)
Baixa	(65.555)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-

A exaustão dos ativos biológicos dos períodos foi substancialmente apropriada ao custo de produção, após a utilização no processo produtivo ou venda para terceiros.

15 Intangível

Controladora

Descrição	Custo	Amortização acumulada	Líquido		
			31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Intangível					
Programas de software (a)	2.126	(1.921)	205	255	398
Marcas de fábrica	45	(21)	24	19	21
Total	2.171	(1.942)	229	274	419

Consolidado

Descrição	Custo	Amortização acumulada	Líquido		
			31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Intangível					
Programas de software (a)	3.091	(2.852)	239	307	491
Marcas de fábrica	134	(103)	31	31	38
Total	3.225	(2.955)	270	338	529

- (a) Os programas de software incluídos neste grupo de contas são identificados individualmente no controle de patrimônio da Companhia, e irão gerar benefícios futuros, conforme especificado na deliberação CVM nº 553/08.

Abaixo demonstramos quadro de movimentação do ativo intangível:

Controladora

Descrição	01.01.2012	Adições	31.12.2012	Adições	31.12.2013
Programas de software	1.940	74	2.014	112	2.126
Marcas de fábrica	36	1	37	8	45
(-) Amortização	(1.557)	(220)	(1.777)	(165)	(1.942)
Saldo líquido	419	(145)	274	(45)	229

Consolidado

Descrição	01.01.2012	Adições	(-) Baixas	31.12.2012	Adições	31.12.2013
Programas de software	2.951	83	(56)	2.978	113	3.091
Marcas de fábrica	127	1	(1)	127	7	134
Outros	25	-	(25)	-	-	-
Sub-total	3.103	84	(82)	3.105	120	3.225
(-) Amortização	(2.574)	(254)	61	(2.767)	(188)	(2.955)
Saldo líquido	529	(170)	(21)	338	(68)	270

16 Fornecedores

	Controladora		Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2102
Mercado interno	6.848	9.368	8.926	12.046	7.403
AVP - fornecedores	(7)	(70)	(69)	(126)	(176)
	<u>6.841</u>	<u>9.298</u>	<u>8.857</u>	<u>11.920</u>	<u>7.227</u>

O prazo médio de pagamento para fornecedores é 48dias.

Não são pagos juros sobre as contas a pagar pelos primeiros 3 dias a partir da data da fatura. A partir de então, juros mensais de 2,5 % a 4 % são pagos sobre o saldo a pagar. A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conformes os termos originalmente acordados.

17 Empréstimos e financiamentos

Descrição	Taxa de		Modalidade	Vencimento Final	Controladora		Consolidado		
	Juros Anual	Indexador			31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Moeda Estrangeira									
Financiamentos									
Banco do Estado R.Grande Sul	13,42%	USD	ACC	27.05.14	-	-	2.371	516	456
					-	-	2.371	516	456
Moeda Nacional									
Financiamentos									
Banco Votorantim S/A	16,60%	CDI	Capital de Giro	29.05.14	3.002	7.574	3.002	7.574	7.909
Banco Safra S/A	20,03%	CDI	Capital de giro	25.04.16	20.825	4.921	20.825	4.921	11.338
Banco do Brasil S/A	15,45%	CDI	Capital de Giro	20.08.15	-	-	-	-	7.836
BES - Investimento do Brasil	15,34%	CDI	Capital de Giro	31.07.12	-	-	-	-	9.581
Banco ABC Brasil S/A	15,94%	CDI	Capital de Giro	04.03.15	10.088	-	10.088	-	8.941
Banco do Estado R.Grande Sul	16,91%	CDI	Capital de Giro	03.12.16	21.943	27.984	22.246	27.984	23.064
Banco Industrial e Comercial S/A	20,65%	CDI	Capital de Giro	01.12.14	4.431	4.074	4.431	4.074	5.285
Banco Mercantil do Brasil S/A	25,40%	CDI	Capital de Giro	28.03.14	8.563	10.200	8.563	10.200	7.272
Banco Sofisa S/A	17,11%	CDI	Capital de Giro	17.10.13	-	1.640	-	1.640	5.647
Banco BVA S/A	14,43%	CDI	Capital de Giro	24.04.14	682	2.682	682	2.682	4.603
Banco Fibra S/A	14,45%	CDI	Capital de Giro	13.12.13	-	5.543	-	5.543	4.197
Banco Daycoval S/A	20,32%	CDI	Capital de Giro	26.01.15	3.181	3.861	3.181	3.861	7.188
Parana Banco S/A	21,03%	CDI	Capital de Giro	27.11.14	10.086	-	10.086	-	5.340
Banco Brickel S/A	20,32%	CDI	Capital de Giro	31.03.14	3.044	1.212	3.044	1.212	-
Banco Panamericano S/A	16,60%	CDI	Capital de Giro	28.08.14	2.668	-	2.668	-	-
Banco BCV S/A	19,60%	CDI	Capital de Giro	12.03.14	1.344	-	1.344	-	-
Outras Instituições Financ.	10,66%	CDI	diversos	diversos	370	370	370	370	370
					90.227	70.061	90.530	70.061	108.571
Arrendamento (Leasing)									
Banco Itaú S/A	17,10%	Pré-fixada	Leasing	20.01.12	-	-	-	-	3
Banco Dibens S/A	13,35%	Pré-fixada	Leasing	28.11.12	-	-	-	-	395
Societé Generale leasing S/A	20,41%	Pré-fixada	Leasing	24.03.13	-	-	-	-	788
					-	-	-	-	1.186
Empréstimos para investimento									
Banco Santander S/A	9,87%	TJLP	Finame	15.11.12	-	-	-	-	905
Banco Safra S/A	18,85%	TJLP	Finame	04.11.14	65	269	65	269	734
Banco do Brasil S/A	7,80%	TJLP	Finame	15.05.12	-	-	-	-	176
Banco Sofisa S/A	10,66%	TJLP	Finame	15.10.12	-	-	-	-	252
União Bancos Bras. S/A	9,92%	TJLP	Finame	15.12.12	-	-	-	-	217
Banco Catterpillar Financial	11,08%	TJLP	Finame	25.05.14	-	-	121	611	1.315
HSBC Bank Brasil S/A	14,17%	CDI	Procer	15.07.12	-	-	-	-	4.384
(-) Custos a apropriar s/empréstimos (a)					(201)	(590)	(201)	(590)	(1.180)
					(136)	(321)	(15)	290	6.803
Empréstimos-aquisição de peças e veículos									
Bradesco S.A. (Vendor) (b)	15,25%	Pré-fixada	Capital de giro	diversos	118.219	81.951	118.219	81.951	46.097
Bradesco S.A.	14,32%	Pré-fixada	Capital de giro	diversos	7.471	4.761	7.471	4.761	6.776
					125.690	86.712	125.690	86.712	52.873
TOTAL EMPRÉSTIMOS					215.781	156.452	218.576	157.579	169.889
Circulante					(197.857)	(139.873)	(200.652)	(140.906)	(144.639)
Não Circulante					17.924	16.579	17.924	16.673	25.250

- (a) Referem-se, basicamente, aos custos incorridos e atribuíveis às atividades necessárias para o processo de captação de recursos, através da Cédula de Crédito Bancário (CCBs), como: gastos com a elaboração de prospectos e relatórios, remuneração de serviços profissionais de terceiros, impostos, taxas e comissões. Conforme previsto no CPC 8 (IAS 39) – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, tais custos integram a taxa efetiva de juros.
- (b) Refere-se, principalmente, a captações referentes a operações de vendedor, realizados pela Battistella Administração e Participações S/A., as quais possuem prazo médio de pagamento de 35 dias. O total movimentado nas operações de vendedor em 2013 foi de R\$ 1.351.467 em captações e R\$ 1.304.519 em pagamentos. O montante classificado no passivo não circulante apresenta a seguinte composição de vencimento:

	Empréstimos	
	Controladora	Consolidado
2015	13.750	13.750
2016	4.174	4.174
Total	17.924	17.924

As garantias reais sobre as operações de empréstimos e debêntures (da posição constante na nota explicativa 18) são conforme quadro abaixo

Empresa	Instituição	Vcto Inicial	Prazo Negociado	Carência	Valor	Garantia
Battistella Adm. e Partic. S/A	Votorantim	Dezembro 2013	60 meses	12 meses	R\$ 45.000	Imóveis e alienação fiduciária
Battistella Adm. e Partic. S/A	HSBC	Dezembro 2013	60 meses	12 meses	R\$ 45.000	Imóveis e alienação fiduciária
Battistella Adm. e Partic. S/A	Banrisul	Abril 2011	60 meses	3 meses	R\$ 13.500	Imóvel em Rio Negrinho e 30% recebíveis
Battistella Adm. e Partic. S/A	Banrisul	Janeiro 2013	48 meses		R\$ 10.000	Imóvel em Rio Negrinho, 30% recebíveis e Equipamentos BIC
Battistella Adm. e Partic. S/A	Safra	Junho 2013	36 meses		R\$ 10.000	Recebíveis de duplicatas, 1% recebíveis (cartão master)
Battistella Adm. e Partic. S/A	Paraná Banco	Março 2014	3 meses		R\$ 7.500	110% recebíveis (PAC's)
Battistella Adm. e Partic. S/A	BVA	Janeiro 2011	48 meses	6 meses	R\$ 6.000	70% Alienação Fiduciária estoque de Peças do segmento pesados
Battistella Adm. e Partic. S/A	Panamericano	Março 2013	18 meses		R\$ 6.000	40% Alienação Fiduciária caminhões segmento pesados
Battistella Adm. e Partic. S/A	Votorantim	Julho 2013	6 meses		R\$ 6.000	20% ações Battistella Trading
Battistella Indústria e Comércio Ltda	Banrisul	Abril 2014	12 meses	3 meses	R\$ 300	Recebíveis de duplicatas 30%
Battistella Adm. e Partic. S/A	ABC	Março 2014	18 meses	5 meses	R\$ 10.000	Imóvel em Lages
Battistella Adm. e Partic. S/A	Banrisul	Junho 2012	36 meses	2 meses	R\$ 5.000	Imóvel em Rio Negrinho e 30% recebíveis
Battistella Adm. e Partic. S/A	Daycoval	Março 2014	6 meses		R\$ 1.500	100% recebíveis (PAC's)
Battistella Adm. e Partic. S/A	Daycoval	Dezembro 2013	6 meses		R\$ 5.000	100% Alienação Fiduciária caminhões segmento pesados
Battistella Adm. e Partic. S/A	Banrisul	Março 2014	12 meses	3 meses	R\$ 1.000	Recebíveis de duplicatas 30%
Battistella Adm. e Partic. S/A	Safra	Maio 2013	36 meses		R\$ 4.878	8% Recebíveis (cartão visa)
Battistella Adm. e Partic. S/A	Safra	Setembro 2013	6 meses		R\$ 4.288	30% Recebíveis (cheques)
Battistella Adm. e Partic. S/A	Brickell	Março 2014	6 meses		R\$ 3.000	100% recebíveis (PAC's)
Battistella Adm. e Partic. S/A	Daycoval	Abril 2013	22 meses		R\$ 2.500	100% Recebíveis (Desconto Contrato BBM)
Battistella Adm. e Partic. S/A	Safra	Outubro 2013	12 meses		R\$ 1.500	50% Recebíveis (cheques)
Battistella Adm. e Partic. S/A	Safra	Janeiro 2014	2 meses		R\$ 4.000	Alienação Fiduciária
Battistella Adm. e Partic. S/A	BCV	Março 2014	3 meses		R\$ 1.330	120% Recebíveis (PAC's)

Abaixo, demonstramos o quadro de movimentação dos empréstimos:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01.01.2012	<u>152.911</u>	<u>169.889</u>
Captações	874.084	876.860
Juros e atualizações	20.222	21.438
(-) Pagamento do principal	(858.000)	(876.527)
(-) Pagamento de juros	(32.176)	(33.492)
(-) Custos a amortizar	<u>(589)</u>	<u>(589)</u>
Saldo em 31.12.2012	<u>156.452</u>	<u>157.579</u>
Captações	1.538.521	1.543.097
Juros e atualizações	13.284	13.555
(-) Pagamento do principal	(1.472.452)	(1.475.572)
(-) Pagamento de juros	(20.413)	(20.472)
(-) Custos a amortizar	<u>389</u>	<u>389</u>
Saldo em 31.12.2013	<u>215.781</u>	<u>218.576</u>

18 Debêntures

Descrição	Taxa de juros anual	Indexador	Modalidade	Vencimento final	Controladora e Consolidado		
					31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Debêntures							
3ª Emissão de debêntures	14,95%	CDI	Capital de Giro	10.12.17	77.210	90.396	120.231
(-) Custos a amortizar debêntures (a)					(914)	(1.285)	(1.657)
Total debêntures					<u>76.296</u>	<u>89.111</u>	<u>118.574</u>
Circulante					<u>(16.841)</u>	<u>(10.025)</u>	<u>(14.859)</u>
Não circulante					<u>59.455</u>	<u>79.086</u>	<u>103.715</u>

- (a) Referem-se, basicamente, aos custos incorridos e atribuíveis às atividades necessárias para o processo de captação das debêntures, como: gastos com serviços profissionais de terceiros e comissões bancárias. Conforme previsto no CPC 8 (IAS 39) – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, tais custos integram a taxa efetiva de juros.

A movimentação dos saldos de debêntures é demonstrada a seguir:

Saldo em 01.01.2012	118.573
Juros do período	15.165
(-) Pagamento de juros	(15.000)
(-) Custos a amortizar	(30.000)
	373
Saldo em 31.12.2012	89.111
Juros do período	11.626
(-) Pagamento de principal	(13.000)
(-) Pagamento de juros	(11.811)
(-) Custos a amortizar	370
Saldo em 31.12.2013	76.296

Em 27 de junho de 2011 a Battistella Administração e Participações S/A, procedeu à 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Hipotecária e Fidejussória. Em 6 de junho de 2012 foi celebrado o primeiro aditamento à Escritura de Emissão alterando determinados termos e condições da Emissão. Em 12 de dezembro de 2012 foi celebrado o segundo aditamento à Escritura de Emissão, a qual alterou determinadas condições da Emissão. Finalmente em 13 de dezembro de 2012, foi celebrado o terceiro aditamento à 3ª Emissão de Debêntures Simples, com significativa alteração das condições da Emissão, assim como contemplando o resgate de 60 debêntures e o alongamento dos prazos de vencimento, conforme condições detalhadas a seguir:

Emissora:	Battistella Administração e Participações S.A.
Coordenador Líder:	Banco HSBC S.A.
Coordenador:	Banco Votorantim S.A.
Título:	Debêntures Simples
Data emissão	13.12.2012
Data vencimento	10.12.2017
Quantidade total:	180 (cento e oitenta) debêntures
Valor nominal unitário:	R\$ 500
Montante da emissão:	R\$ 90.000
Tipo e forma:	Nominativas e escriturais
Espécie:	Com garantia real
Classe:	Não conversíveis em ações
Garantia adicional:	Garantia Real constituída por hipoteca de terras e imóveis, em valor correspondente a R\$ 34.443 no regime de avaliação

	de “venda a mercado”; e alienação fiduciária 3.383.588 (três milhões trezentos e oitenta e três mil, quinhentos e oitenta e oito) ações ordinárias de emissão da Trading, de titularidade da emissora, representativa de 40% do capital social da Trading;tendo como garantidoras a própria emissora, Battistella Industria e Comércio Ltda. e Battistella Trading S/A Comércio Internacional.
Remuneração:	100% CDI + 4,5% ao ano
Pagamento de juros:	Os juros serão pagos semestralmente
Amortização do principal:	Será pago em nove parcelas semestrais, a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da data de emissão.

Na data de 09 de dezembro de 2013 foi celebrada a ata de assembleia geral de debenturistas “AGD”, referente a 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Hipotecária e Fidejussória, contemplando a autorização dos debenturistas para alienação do imóvel de São José dos Pinhais inscrito sob a matrícula 61.368, objeto de garantia do instrumento, assim como, a dilação do vencimento da parcela de 13 de dezembro de 2013 para 23 de dezembro de 2013. O imóvel foi alienado pela quantia de R\$ 22.080 dos quais R\$13.000 foram recebidos a vista e o saldo parcelado em 10 vezes. Na data de 23 de dezembro de 2013 a companhia efetuou o pagamento de R\$ 13.000 de principal (valor recebido a vista pela alienação do imóvel) e R\$11.811 de juros. Do montante pago R\$10.000 equivale ao vencimento da parcela programada para dezembro de 2013 e R\$ 3.000 como antecipação do vencimento de principal da parcela de junho de 2014. O valor referente aos juros, foi quitado mediante recursos oriundos do caixa da companhia.

Diante da operação o rol de garantias da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Hipotecária e Fidejussória passou a ser o seguinte:

Garantia adicional:	Garantia Real constituída por hipoteca de terras e imóveis, em valor correspondente a R\$ 21.443 no regime de avaliação de “venda a mercado”; e alienação fiduciária 3.383.588 (três milhões trezentos e oitenta e três mil, quinhentos e oitenta e oito) ações ordinárias de emissão da Trading, de titularidade da emissora, representativa de 40% do capital social da Trading;tendo como garantidoras a própria emissora, Battistella Industria e Comércio Ltda. e Battistella Trading S/A Comércio Internacional.
---------------------	--

As demais condições avençadas permanecem as mesmas.

O montante do não circulante apresenta a seguinte composição de vencimento na Controladora e no consolidado:

Debêntures

2015	19.913
2016	19.772
2017	19.770
Total	59.455

Segue abaixo as principais cláusulas de *covenant* existentes nas debêntures emitidas:

a. Resgate antecipado e aquisição facultativa

As Debêntures são da espécie com garantia real, na forma disposta pelo artigo 58 da Lei das S.A..

A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, mediante deliberação em Reunião do seu Conselho de Administração, realizar o resgate antecipado da totalidade ou de parcela das Debêntures (“Resgate Antecipado”). O Resgate Antecipado, conforme aplicável, será realizado de acordo com as seguintes disposições:

- (i) a Emissora realizará o Resgate Antecipado por meio de comunicação por escrito aos titulares das Debêntures e ao Agente Fiduciário, nos termos das disposições legais aplicáveis, com, no mínimo, 4 (quatro) dias úteis de antecedência da data definida para a liquidação do Resgate Antecipado Facultativo (“Data da Liquidação”);
- (ii) o valor a ser pago aos Debenturistas no âmbito do Resgate Antecipado será equivalente ao valor do VNU por Debênture resgatada antecipadamente, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* até a Data da Liquidação (“Saldo Devedor”), acrescido, ainda, de prêmio de liquidação antecipada nos seguintes termos:
 - (b) caso o Resgate Antecipado das Debêntures ocorra até o 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão das Debêntures, a Companhia deverá pagar aos titulares das Debêntures: (1) o Saldo Devedor; acrescido da (2) Remuneração das Debêntures que seria devida até a Data de Vencimento (“Remuneração Projetada para Resgate Antecipado”), descontada à taxa de mercado prevista para o prazo remanescente à época do Resgate Antecipado, calculado pelo Agente Fiduciário e previamente aprovado pelos Debenturistas; e/ou
 - (c) caso o Resgate Antecipado das Debêntures ocorra após o 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão das Debêntures, a Companhia deverá pagar aos titulares das Debêntures o Saldo Devedor, acrescido de prêmio de 1% (um por cento), calculado sobre o Saldo Devedor das Debêntures na Data da Liquidação; e
- (iii) caso as Debêntures estejam custodiadas no SND, o Resgate Antecipado obedecerá aos procedimentos determinados pela CETIP. Em consonância com o disposto neste item, a CETIP deverá ser notificada pela Companhia e pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da Data de Liquidação.

b. Vencimento antecipado

As debêntures contêm obrigações financeiras, as quais, conforme contrato, são apuradas semestralmente, base 30 de junho e 31 de dezembro, com base nas informações trimestrais consolidadas da Companhia, excluindo as informações trimestrais e os valores referentes a controlada em conjunto, Itapoá, conforme segue (resumo das principais cláusulas):

- (iv) inadimplemento, pela Companhia e/ou pelos Garantidores, de qualquer obrigação pecuniária referente às Debêntures, não sanado em até 3 (três) dias úteis, contados da data do respectivo inadimplemento;
- (v) inadimplemento, pela Companhia e/ou pelos Garantidores, de qualquer obrigação não pecuniária referente às Debêntures, não sanado em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento pela Companhia de notificação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Companhia e aos Garantidores com relação ao respectivo inadimplemento;
- (vi) decretação de falência da Companhia e/ou de quaisquer dos Garantidores; (b) pedido de falência pela Companhia e/ou por quaisquer dos Garantidores; (c) pedido de falência da Companhia e/ou de quaisquer dos Garantidores formulado por terceiro(s) e não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia e/ou de quaisquer dos Garantidores, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia e/ou de quaisquer dos Garantidores;
- (vii) inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias da Companhia e/ou de quaisquer de seus respectivos controladores e/ou sociedades controladas e/ou coligadas (conjuntamente, “Afiladas”) acima de R\$ 5.000, desde que tal inadimplemento não seja sanado em até 30 (trinta) dias corridos, caso não exista um prazo de cura pré-estabelecido;
- (viii) transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das S.As.;
- (ix) alteração, direta ou indireta, do controle acionário da Companhia e/ou de quaisquer dos Garantidores, sem aprovação prévia dos titulares das Debêntures, reunidos em AGD, entendendo-se por controle as prerrogativas contempladas no artigo 116 da Lei das S.As.;
- (x) implementação, integração e/ou de outra forma, envolvimento da Companhia em qualquer operação de reestruturação societária, incluindo, sem limitação, qualquer, fusão, cisão, incorporação, exceto se realizada com sociedades integrantes do grupo da Emissora;
- (xi) alteração do objeto social previsto no estatuto social da Companhia e/ou de quaisquer dos Garantidores que modifique substancialmente as respectivas atividades praticadas na Data da Emissão;
- (xii) realização, seja a que título for, de qualquer pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer participação estatutária em lucros – exceto no que se refere ao dividendo mínimo obrigatório exigido pela Lei das S.As. e/ou legislação aplicável – caso a Companhia e/ou quaisquer dos Garantidores estejam em situação de inadimplemento com relação a qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária referente às Debêntures;

- (xiii) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Companhia e/ou por quaisquer dos Garantidores em qualquer dos documentos relacionados à Oferta Restrita são falsas, incorretas ou enganosas em qualquer aspecto relevante;
- (xiv) não apresentação pela Companhia de suas respectivas informações trimestrais auditadas – compreendendo as informações pertinentes especificamente à Companhia e, adicionalmente, informações consolidadas do respectivo grupo econômico –, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (conforme definido abaixo);
- (xv) não ocorrência da formalização da alienação de Ativos Florestais de titularidade da Emissora ou dos Garantidores representando, no mínimo, US\$ 21.600.000 (vinte e um milhões e seiscentos mil dólares) até 31 de dezembro de 2011. Para os fins deste item, a Emissora deverá comunicar ao Agente Fiduciário a ocorrência ou a não ocorrência da referida alienação de Ativos Florestais, disponibilizando ao Agente Fiduciário a respectiva documentação de suporte;
- (xvi) alienação de um ou mais ativos de titularidade da Emissora ou de suas empresas controladas diretas e indiretas e que representem individualmente pelo menos R\$ 1.000, no exercício social da data em que tal alienação ou transferência for efetuada, exceto se pelo menos 50% (cinquenta) dos recursos oriundos da alienação ou transferência forem utilizados para: (a) amortização de dívida bancária; ou (b) Amortização Extraordinária das Debêntures, sendo que as Debêntures terão prioridade no pagamento em relação ao item (a) acima, a exclusivo critério dos Debenturistas, desde que os mesmos abram mão do prêmio para liquidação antecipada indicado;
- (xvii) caso o índice obtido pela divisão da Dívida Financeira (conforme definida na Escritura de Emissão) pelo EBITDA (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização “EBITDA”) obtido pela Emissora nos últimos 12 (doze) meses seja menor ou igual a:
 - (a) 4,0 (quatro inteiros) até 30 de junho de 2013;
 - (b) 3,5 (três vírgula cinco inteiros) de 30 de junho de 2013 até 31 de dezembro 2013;
 - (b) 3,5 (três vírgula cinco inteiros) de 31 de dezembro 2013 até 30 de junho de 2014;
 - (c) 2,5 (dois vírgula cinco inteiros) de 31 de 30 de junho de 2014 até o vencimento das Debêntures.

As Partes desde já concordam que despesas não recorrentes/extraordinária da Emissora, tais como, despesas de alienação do ativo imobilizado e/ou investimentos, contingências tributárias e baixas de provisões, as quais podem vir a afetar o EBITDA durante o segundo semestre do ano de 2012, bem como o ano de 2013, serão excluídas do cálculo referido nos itens (a) e (b) acima.

A emissora deverá disponibilizar ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da divulgação ao mercado das informações ou informações trimestrais da Emissora, conforme o caso, os *Covenants* financeiros acima, juntamente com a respectiva memória de cálculo e o relatório de revisão dos referidos *Covenants* Financeiros, a ser emitido pelos auditores independentes contratados pela Emissora, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

- (xviii) se as garantias reais e/ou fidejussórias convencionadas para as Debêntures não forem devidamente efetivadas ou formalizadas pela Emissora e/ou pelos Garantidores Hipotecários, nos termos desta Escritura, da Escritura de Hipoteca e segundo os dispositivos contratuais ou legais aplicáveis, ou se tais garantias, por qualquer fato atinente ao seu objeto, tornarem-se inábeis, impróprias ou insuficientes para assegurar o pagamento de quaisquer importâncias devidas no âmbito da Emissão, e desde que não sejam substituídas ou complementadas, quando solicitado pelo Agente Fiduciário.

Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos itens (ii), (vi), (vii), (viii), (x), (xi), (xii), (xiii), (xiv), (xv) e (xvi) acima, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos o Agente Fiduciário deverá convocar os titulares das Debêntures para que se reúnam em AGD, que poderá, por deliberação de titulares de 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures;

Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos itens (i), (iii), (iv), (v) e (ix) acima resultará no vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, bem como, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial à Emissora.

A Companhia atendeu a todos os indicadores financeiros e as cláusulas restritivas aplicáveis em 31 de dezembro de 2013.

19 Adiantamentos de clientes, credores diversos e recursos a devolver a consorciados

	Controladora		Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Adiantamento de clientes (a)	3.905	5.499	4.274	5.781	5.262
Credores diversos (b)	11.003	14.155	23.127	22.199	10.760
Recursos a devolver a consorciados (c)	-	-	1.909	1.857	1.970
Indenizações trabalhistas	3.980	2.777	3.980	2.777	-
	<u>18.888</u>	<u>22.431</u>	<u>33.290</u>	<u>32.614</u>	<u>17.992</u>
(-) Passivo circulante	(9.767)	(11.794)	(18.389)	(17.427)	(10.448)
Passivo não circulante - credores diversos	<u>9.121</u>	<u>10.637</u>	<u>14.901</u>	<u>15.187</u>	<u>7.544</u>

- (a) A conta de adiantamento de clientes (passivo circulante) inclui, principalmente, adiantamentos de clientes para a futura aquisição de bens das empresas da Companhia.
- (b) O saldo de Credores Diversos é composto, no Consolidado, principalmente por:
- (i) Saldo a pagar do Acordo firmado com a Codema Comercial Importadora Ltda. e Suvesa Super Veículos Ltda. (vendas para a Scania do Brasil Ltda. em 08 de janeiro de 2001, pela Controladora, no montante de R\$ 5.282 (R\$ 5.641 em 31 de dezembro de 2012 e 6.507 em 01 de janeiro de 2012);

(ii) Saldo a pagar, na Controladora, pela aquisição de ações da empresa controlada Modo Battistella Reflorestamento S.A. de não controladores no montante de R\$ 585 (R\$ 1.313 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 1.170 em 01 de dezembro de 2012);

(iii) Saldo residual a pagar, referente a um contrato de mútuo entre a controlada Battistella Indústria e Comércio Ltda. e Modo Battistella Reflorestamento S/A – Mobasa (antiga controlada). O referido saldo permaneceu em aberto após a operação de venda das florestas, no montante de R\$ 4.639 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 4.418 em 31 de dezembro de 2012) com vencimentos entre dezembro de 2013 e junho de 2018;

(iv) R\$ 5.080 a pagar referente ao processo Sponchiado Jardim, o qual refere-se a acordo realizado no 1º trimestre conforme descrito na nota explicativa 20.

(c) O montante dos recursos a devolver aos consorciados (passivo circulante) são originários da Battistella Administradora de Consórcios Ltda. (incorporada na Battistella Indústria e Comércio Ltda.) e refere-se ao saldo dos valores do fundo de reserva e cotas canceladas que não foram procurados para devolução.

20 Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

A Companhia e suas empresas controladas são partes em processos administrativos e judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. Para aqueles processos nos quais as chances de não se obter êxito são maiores que as chances de se obter êxito, conforme opinião corroborada junto aos consultores jurídicos da Companhia, é registrada provisão em montante suficiente para cobrir perdas esperadas.

As provisões constituídas e os depósitos judiciais, vinculados às mencionadas provisões para riscos trabalhistas e cíveis, compõem-se conforme demonstrativo a seguir:

<u>Controladora</u>	<u>31.12.2013</u>			<u>31.12.2012</u>			<u>01.01.2012</u>		
	Depósitos			Depósitos			Depósitos		
	<u>Provisão</u>	<u>Judiciais</u>	<u>Saldo</u>	<u>Provisão</u>	<u>Judiciais</u>	<u>Saldo</u>	<u>Provisão</u>	<u>Judiciais</u>	<u>Saldo</u>
Tributárias	(5.504)	-	(5.504)	(7.186)	-	(7.186)	(899)	-	(899)
Trabalhistas	(1.806)	-	(1.806)	(2.108)	394	(1.714)	(2.093)	393	(1.700)
Cíveis	(2.536)	-	(2.536)	(2.304)	-	(2.304)	(1.180)	-	(1.180)
	(9.846)	-	(9.846)	(11.598)	394	(11.204)	(4.172)	393	(3.779)
Depósitos judiciais que não requerem provisão		3.065			1.586			1.509	

<u>Consolidado</u>	<u>31.12.2013</u>			<u>31.12.2012</u>			<u>01.01.2012</u>		
	Depósitos			Depósitos			Depósitos		
	<u>Provisão</u>	<u>Judiciais</u>	<u>Saldo</u>	<u>Provisão</u>	<u>Judiciais</u>	<u>Saldo</u>	<u>Provisão</u>	<u>Judiciais</u>	<u>Saldo</u>
Tributárias	(5.735)	-	(5.735)	(8.247)	-	(8.247)	(3.113)	-	(3.113)
Trabalhistas	(2.453)	-	(2.453)	(4.075)	1.355	(2.720)	(5.450)	2.883	(2.567)
Cíveis	(12.279)	-	(12.279)	(20.106)	-	(20.106)	(3.343)	-	(3.343)
Total	(20.467)	-	(20.467)	(32.428)	1.355	(31.073)	(11.906)	2.883	(9.023)
Depósitos judiciais que não requerem provisão		4.415			2.891			2.881	

Movimentação das contingências e depósitos judiciais

<u>Controladora</u>								
<u>Contingências</u>	<u>01.01.2012</u>	<u>Utilização/</u>		<u>31.12.2012</u>	<u>Utilização/</u>		<u>31.12.2013</u>	
		<u>Adições</u>	<u>Reversão</u>		<u>Adições</u>	<u>Reversão</u>		
Tributárias (a)	(899)	(6.287)	-	(7.186)	(1.116)	2.798	(5.504)	
Trabalhistas (b)	(2.093)	(15)	-	(2.108)	(331)	633	(1.806)	
Cíveis	(1.180)	(1.124)	-	(2.304)	(432)	200	(2.536)	
(-) Depósitos judiciais	393	1	-	394	(394)	-	-	
Saldo	(3.779)	(7.425)	-	(11.204)	(2.273)	3.631	(9.846)	
Depósitos judiciais que não requerem provisão (d)	1.509	119	(42)	1.586	2.047	(568)	3.065	

Battistella Administração e Participações S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

Consolidado

Contingências	01.01.2012	Utilização/		31.12.2012	Utilização/		31.12.2013
		Adições	Reversão		Adições	Reversão	
Tributárias (a)	(3.113)	(6.268)	1.134	(8.247)	(1.236)	3.748	(5.735)
Trabalhistas (b)	(5.450)	(478)	1.853	(4.075)	(332)	1.954	(2.453)
Cíveis (c)	(3.343)	(17.343)	580	(20.106)	(1.508)	9.335	(12.279)
(-) Depósitos judiciais	2.883	65	(1.593)	1.355	(1.356)	1	-
Saldo	(9.023)	(24.024)	1.974	(31.073)	(4.432)	15.038	(20.467)
Depósitos judiciais que não requerem provisão (d)	2.881	296	(286)	2.891	1.549	(25)	4.415

- (a) Refere-se, principalmente, a processos de ICMS, sobre créditos tomados oriundos de materiais indiretos, e ISS, que estão em fase de discussão administrativa. Em 2012 ocorreu o acréscimo de contingências tributárias, referente à PIS semestralidade compensado de fevereiro de 1997 a março de 2000.
- (b) O principal valor refere-se à discussão judicial sobre o aumento da alíquota e adicional do FGTS no montante de R\$ 1.355 (R\$ 1.355 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 3.086 em 01 de janeiro de 2012), para o qual há depósito judicial. As demais ações trabalhistas são pulverizadas e têm caráter de indenizações, horas extras, equiparidade e outros.
- (c) A movimentação ocorrida nas contingências cíveis entre 1º de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2012 refere-se, substancialmente, ao registro do valor atualizado de três ações ordinárias propostas por terceiros contra a Battistella Ind. e Comércio, relacionadas ao rescisão de contratos pertinentes ao empreendimento florestal São José, no valor de R\$ 15.053. No semestre encerrado em 30 de junho de 2013 houve formalização de acordo de uma dessas três ações ordinárias, no valor de R\$ 6.839, tendo sido tal montante reclassificado para credores diversos. As demais ações cíveis possuem natureza de indenização e danos morais, ocorridas principalmente nas empresas Battistella Administradora de Consórcios e Battistella Veículos Pesados, ambas incorporadas pela controladora.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos tributários, cíveis e trabalhistas, surgidos no curso normal dos seus negócios, cujos riscos de perda relacionados foram considerados como possível na opinião da Administração e de seus assessores legais, para os quais nenhuma provisão para perdas foi constituída, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O valor total de tais processos, em 31 de setembro de 2013 é: (i) tributário: R\$ 5.039 (R\$ 5.882 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 2.344 em 01 de janeiro de 2012), (ii) cíveis: R\$ 3.488 (R\$ 2.779 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 1.749 em 01 de janeiro de 2012) e (iii) trabalhistas: R\$ 1.117 (R\$ 1.390 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 2.747 em 01 de janeiro de 2012). Devido ao risco e a pequena relevância dos valores envolvidos, não estão sendo apresentadas informações adicionais.

Saldo de adições de depósitos judiciais, ocorridas em 2013, decorre principalmente de depósito judicial, no montante de R\$ 2.017, dado em garantia em ação ordinária de natureza tributária, referente à autuação de PIS e COFINS sobre vendas feitas diretamente pela Scania, causa esta que, anteriormente tinha um imóvel em garantia, a qual foi baixada pela substituição do depósito judicial em questão.

21 Parcelamento especial e programa de recuperação fiscal - paes e refis

Parcelamento	Controladora		Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
PAES	-	-	459	542	5.602
Refis	6.666	3.294	15.073	12.731	14.342
	6.666	3.294	15.532	13.273	19.944
Circulante	(419)	(390)	(1.363)	(1.298)	(2.397)
Não Circulante	6.247	2.904	14.169	11.975	17.547

A composição da dívida de PAES edo REFIS estão demonstradas nas notas abaixo (21.1 e 21.2).

21.1 Parcelamento especial – PAES

As empresas encontram-se em conformidade com os recolhimentos regulares dos tributos, como condição essencial para a manutenção do programa. As empresas Battistella Logística (incorporada pela Battistella Veículos Pesados Ltda.) e Battistella Administração migraram os débitos inclusos nesta modalidade de pagamento para o Parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009.

Em 31 de dezembro de 2013 o valor consolidado atualizado da dívida era:

Descrição	31.12.2013			31.12.2012	Nº parcelas a Vencer	Atualização
	Circulante	Não Circulante	Saldo	Saldo		
Trading	102	357	459	542	54	TJLP
Total	102	357	459	542		

Nos meses de outubro a dezembro de 2009 as empresas do Grupo Battistella aderiram ao novo programa de parcelamento de dívidas instituído pelo Governo Federal, por meio da Lei 11.941/2009, ao qual foram incluídos débitos que estavam sendo discutidos em litígios administrativos e judiciais. Também foram migradas para este programa as dívidas existentes no programa anterior de parcelamento especial - o PAES, da empresa Battistella Logística e da Controladora.

Em dezembro de 2009 foram reconhecidos contabilmente todos os efeitos decorrentes desta opção, em especial ao que se refere à constituição da dívida, incluindo principal, encargos de mora e encargos legais, bem como, as reduções previstas na legislação. Também foi reconhecida a liquidação de parte da dívida com créditos decorrentes da utilização de prejuízos fiscais e bases negativas.

Em julho de 2011 houve a efetiva homologação pela Receita Federal do Brasil dos débitos e valores do parcelamento, em que a Companhia e suas controladas aderiram. Com essa homologação os valores anteriormente provisionados foram ajustados no montante de R\$ 2.039 o qual foi reconhecido ao resultado no grupo de Outras Receitas e Despesas Operacionais.

21.2 Programa de recuperação fiscal – Refis

As dívidas não parceladas anteriormente estão compostas da seguinte forma:

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2013</u>			<u>31.12.2012</u>	<u>01.01.2012</u>	<u>Nº parcelas a Vencer</u>	<u>Atualização</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Saldo</u>	<u>Saldo</u>	<u>Saldo</u>		
BATTROL	92	141	233	1.684	1.708	129	SELIC
BIC	613	6.076	6.689	6.222	6.360	127	SELIC
ADMINISTRAÇÃO	419	6.247	6.666	3.294	3.662	130	SELIC
BATTISTELLA IND.COM.MAQS.	105	1.035	1.140	1.175	1.199	130	SELIC
MOBASA	-	-	-	-	1.052	130	SELIC
TRADING	32	313	345	356	361	130	SELIC
SUB-TOTAIS	1.261	13.812	15.073	12.731	14.342		

Os valores referentes aos parcelamentos existentes na empresa Mobasa foram também objeto da negociação daquela empresa ocorrida ao final de 2012, conforme descrito na nota explicativa 1.

21.3 Refis – Reabertura

Em 17 de dezembro de 2013 as empresas do grupo, Battistella Administração, Battistella Ind. e Com. Ltda. e Battrol Distribuidora, aderiram à reabertura do programa de parcelamento de dívidas da lei 11.941/2009, instituído pelo Governo Federal, ao qual foram incluídos débitos que estavam sendo discutidos em litígios administrativos e judiciais.

Em dezembro de 2013 foram reconhecidos contabilmente todos os efeitos decorrentes desta opção, em especial ao que se refere à constituição da dívida, incluindo principal, encargos de mora e encargos legais, bem como, as reduções previstas na legislação. Também foi reconhecida a liquidação de parte da dívida com créditos decorrentes da utilização de prejuízos fiscais e bases negativas.

A Receita Federal do Brasil aceitou o Pedido de reabertura da lei 11.941/2009, porém ainda não homologou os valores do parcelamento, em que a Companhia e suas controladas aderiram.

Foram aproveitados créditos de Prejuízos Fiscais e Base de Cálculo Negativa no montante de R\$ 24.158, para pagamento a vista de multas e juros no valor de R\$ 8.214, conforme opção dada pela legislação.

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2013 e dezembro de 2012, no montante de R\$ 151.556, subscrito e integralizado é composto de 149.677.728 ações, sendo 49.911.902 de ações ordinárias e 99.765.826 de ações preferenciais.

Parte do capital social total da Companhia é capital estrangeiro. As empresas brasileiras com capital estrangeiro devem efetuar o registro deste capital junto ao Banco Central do Brasil (BACEN), para que possam remeter dividendos sobre o capital estrangeiro ou repatriá-lo. Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui registrado no Banco Central do Brasil o montante de R\$ 12.858 como capital estrangeiro.

As ações preferenciais (PN), sem direito a voto, têm prioridade no reembolso, em caso de liquidação da Companhia.

b. Dividendos

Os dividendos obrigatórios são calculados com base no percentual de 25% sobre o lucro líquido, após a compensação de prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, devido ao prejuízo dos exercícios não foram registrados os dividendos mínimos obrigatórios. A Companhia deliberou, conforme AGO realizada em 25 de abril de 2013 que, diante do prejuízo ao término do exercício de 2012, não serão distribuídos dividendos em 2013.

As ações preferenciais (PN) possuem preferência na distribuição dos dividendos.

c. Reserva legal

A Reserva legal é constituída na proporção de 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do Capital Social ou, quando acrescido das Reservas de Capital limitado a 30% do Capital Social.

d. Reserva de retenção de lucros

O valor registrado na conta reserva de retenção de lucros refere-se a lucros apurados em exercícios anteriores ao ano de 2008, o qual aguarda proposição do Conselho de Administração para destinação. Tendo em vista que a Companhia registra prejuízos acumulados, tal reserva foi utilizada para absorção de tais prejuízos.

23 Instrumentos financeiros

23.1 Gestão do Risco de Capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia de gestão do risco de capital da Companhia vem se aperfeiçoando nos últimos anos, com o objetivo de mitigar os riscos financeiros.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na nota explicativa 17 e debêntures detalhadas na nota explicativa 18, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários), e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa periodicamente a sua estrutura de capital.

Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do período de relatório é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Dívida (a)	292.077	245.563	294.872	246.690
Caixa e equivalentes de caixa	(8.920)	(23.797)	(9.623)	(24.315)
Títulos e valores mobiliários	(16.818)	(1.343)	(16.818)	(1.343)
Dívida líquida (b)	266.339	220.423	268.431	221.032
Patrimônio líquido (c)	(37.208)	(65.314)	(37.208)	(65.314)
Índice de endividamento líquido	-7,2	-3,4	-7,2	-3,4

- (a) A dívida é definida como o total de empréstimos de curto e longo prazo e debêntures.
- (b) Ressalta-se que, para fins de cálculo da dívida líquida a ser utilizada para efeito da verificação dos *covenants* financeiros das debêntures (nota explicativa 18.b.xiv), não são consideradas as operações de vendor, venpec (vendor de peças).
- (c) O patrimônio líquido inclui o capital social e reservas.

23.2 Categorias e valores justos dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de curto e longo prazo e partes relacionadas tem valores contábeis que se aproximam de seus valores de mercado.

Os passivos financeiros não derivativos, empréstimos e financiamentos, fornecedores, obrigações com partes relacionadas e outras contas a pagar, tem valores contábeis próximos com os seus valores de mercado.

Durante o período não houve nenhuma transferência entre o nível 2 para os níveis 1 e 3.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado para instrumentos financeiros com mercado ativo. Para os instrumentos financeiros para os quais não existe cotação disponível no mercado, os valores justos são apurados pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados.

		Controladora		Consolidado		
	Nível	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado:		-	-			
- Swap de taxa de juros	2	-	-	-	-	4.364
Mantidos até o vencimento		-	-			
- Títulos e valores mobiliários		16.818	1.343	16.818	1.343	6.392
Empréstimos e recebíveis:		-	-			
- Caixa e equivalentes de caixa		8.920	23.797	9.623	24.315	15.372
- Contas a receber		146.745	105.199	152.706	110.761	79.464
- Valores a receber de arrendamento mercantil		23	114	23	114	3.282
- Outras contas a receber		11.412	2.831	11.416	3.016	3.407
- Partes relacionadas		6.020	20.886	-	-	-
		189.938	154.170	190.586	139.549	112.281
	Nível	Controladora		Consolidado		
		31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Passivos financeiros						
Valor justo por meio do resultado:						
- Swap de taxa de juros	2	-	-	-	-	4.395
Custo amortizado:						
- Empréstimos		215.781	156.452	218.576	157.579	169.889
- Debêntures		76.296	89.111	76.296	89.111	118.574
- Partes relacionadas		21	-	-	-	-
- Fornecedores		6.841	9.298	8.857	11.920	7.227
		298.939	254.861	303.729	258.610	300.085

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Nível 3: obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

23.3 Objetivos da Administração dos riscos financeiros

O Departamento de Tesouraria Corporativa da Companhia presta serviços às empresas do Grupo Battistella, coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros, e monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia por meio de relatórios de riscos internos que analisam as exposições por grau e relevância dos riscos. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez.

Quando necessário, a Companhia busca minimizar os efeitos desses riscos ao utilizar instrumentos financeiros derivativos para exposições do risco de “*hedge*”. O uso de derivativos financeiros é regulado pelas políticas da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração, que fornece princípios escritos relacionados aos riscos de câmbio, de taxa de juros e de crédito, ao uso de derivativos financeiros e instrumentos financeiros não derivativos, e ao investimento da liquidez excedente. A Companhia não contrata nem negocia instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos. Atualmente, a Companhia não tem contrato com instrumento derivativo de proteção.

23.4 Risco de mercado

Em virtude de suas atividades e contratação de empréstimos e financiamentos e debêntures para suportá-los, a Companhia fica exposta, principalmente, a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros.

Em relação ao risco relacionado a mudanças nas taxas de câmbio, quando necessário, a Companhia administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas e contrata instrumentos financeiros derivativos para mitigar sua exposição aos riscos relacionados a tais riscos incluindo:

- *Swaps* de taxa de câmbio para mitigar o risco de aumento das taxas de câmbio; e
- *Swaps* de taxa de juros para mitigar o risco de variação das taxas de juros.

Não houve mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na maneira pela qual a Companhia administra e mensura esses riscos. Considerando as políticas internas de controle de exposição, em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 não havia contratos de *swap* de taxa de câmbio em aberto.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros é administrada através da avaliação periódica dos indicadores de mercado. Em 31 de dezembro de 2013, não havia contratos de *swap* de taxa de juros em aberto.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos no final do período de relatório. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período de relatório esteve em aberto durante todo o exercício. Um aumento ou uma redução de 10% é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros.

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das informações trimestrais, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7.

Se as taxas de juros fossem 10% mais altas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes:

- O prejuízo do período findo em 31 de Dezembro de 2013 aumentaria em R\$ 3.508. Isso ocorreria principalmente devido à exposição da Companhia às taxas de juros dos empréstimos feitos a taxas pós-fixadas.

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme ICVM nº475/08.

Apresentamos a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (Cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando o período até o término das operações. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução no. 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (Cenários II e III):

<u>Risco</u>	<u>Instrumento/operação</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
<i>De taxa de juros</i>	<i>Empréstimos - moeda nacional CDI</i>	258.944	295.331	321.805
<i>Ganho (perda) dos cenários no resultado e no patrimônio</i>			(36.387)	(62.861)

23.5 Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos de crédito em suas contas a receber de clientes.

As contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes em diferentes segmentos e áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira dos clientes.

Os procedimentos adotados para minimizar os riscos comerciais incluem a seletividade dos clientes, mediante adequada análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas com estes devedores são provisionadas.

Adicionalmente, a Companhia está exposta ao risco de crédito com relação a garantias financeiras concedidas a bancos pela Companhia relativos a empréstimos e financiamentos, e debêntures registradas no passivo da Companhia. A exposição máxima da Companhia corresponde ao valor máximo que a Companhia terá de pagar caso a garantia seja executada. Em 31 de dezembro de 2013 o valor de R\$ 294.872 foi reconhecido no balanço patrimonial consolidado como passivo financeiro (ver notas explicativas 17 e 18).

Bens mantidos como garantia e outras garantias de crédito

A Companhia não detém nenhuma garantia ou outras garantias de crédito para cobrir seus riscos de crédito associados aos seus ativos financeiros, exceto com relação a contas a receber do leasing financeiro, que possuem como garantia o próprio bem arrendado.

23.6 Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Análise dos vencimentos

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros que serão auferidos neste período e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Controladora						
	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2013						
Fornecedores	2.052	4.105	684	-	-	6.841
Empréstimos (*)	137.699	40.461	53.198	95.394	-	326.752
Partes relacionadas	21	-	-	-	-	21
	139.772	44.566	53.882	95.394	-	333.614
31 de dezembro de 2012						
Fornecedores	774	1.548	6.976	-	-	9.298
Empréstimos (*)	95.134	19.831	50.365	121.054	-	286.384
	95.908	21.379	57.341	121.054	-	295.682
Consolidado						
	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
31 de dezembro de 2013						
Fornecedores	2.657	5.314	886	-	-	8.857
Empréstimos (*)	137.699	41.428	54.918	95.394	-	329.439
	140.356	46.742	55.804	95.394	-	338.296
31 de dezembro de 2012						
Fornecedores	3.576	7.151	1.191	-	-	11.918
Empréstimos (*)	95.134	19.831	50.898	121.054	-	286.917
	98.710	26.982	52.089	121.054	-	298.835
01 de janeiro de 2012						
Fornecedores	2.168	4.336	723	-	-	7.227
Empréstimos (*)	70.850	37.309	80.481	171.291	-	359.931
	73.018	41.645	81.204	171.291	-	367.158

(*) Empréstimos contempla os saldos de: Empréstimos, financiamentos, duplicatas descontadas, debêntures e arrendamentos financeiros

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento esperado para os ativos financeiros não derivativos da Companhia. A tabela foi elaborada de acordo com os prazos de vencimento não descontados dos ativos financeiros, incluindo os juros que serão auferidos a partir desses ativos. A inclusão de informação sobre ativos financeiros não derivativos é necessária para compreender a gestão do risco de liquidez da Companhia, uma vez que ela é gerenciada com base em ativos e passivos líquidos.

Ativo

	Controladora					Total
	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	
31 de dezembro de 2013						
Contas a Receber	1.282	145.276	1.069	-	-	147.627
Valores a receber de arrendamento mercantil	-	-	23	-	-	23
Partes relacionadas	-	-	1.911	150	-	2.061
Outras contas a receber	-	-	11.412	-	-	11.412
	1.282	145.276	14.415	150	-	161.123
31 de dezembro de 2012						
Contas a Receber	1.402	104.911	713	-	-	107.026
Valores a receber de arrendamento mercantil	-	-	114	-	-	114
Partes relacionadas	-	-	14.424	-	-	14.424
Outras contas a receber	-	-	2.831	-	-	2.831
	1.402	104.911	18.082	-	-	124.395

Battistella Administração e Participações S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

	Consolidado					Total
	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	
31 de dezembro de 2013						
Contas a receber	1.620	157.843	972	-	-	160.435
Valores a receber de arrendamento mercantil	-	-	69	-	-	69
Partes relacionadas	-	-	91	20.160	-	20.251
Outras contas a receber	-	-	5.566	-	-	5.566
	1.620	157.843	6.698	20.160	-	186.321
31 de dezembro de 2012						
Contas a receber	1.782	110.404	792	-	-	112.978
Valores a receber de arrendamento mercantil	-	-	114	-	-	114
Outras contas a receber	-	-	3.017	-	-	3.017
	1.782	110.404	3.923	-	-	116.109
01 de janeiro de 2012						
Contas a receber	3.033	75.142	4.644	-	-	82.819
Valores a receber de arrendamento mercantil	1.084	1.147	1.325	147	-	3.703
Outras contas a receber	-	-	3.407	-	-	3.407
	4.117	76.289	9.376	147	-	89.929

Linhas de financiamento disponíveis para o Grupo Battistella em 31 de dezembro de 2013:

	Controladora		Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Conta garantida assegurada:					
Não utilizada	900	900	900	900	1.300
Linhas de crédito bancário asseguradas com vários prazos de vencimento até 2013 e que podem ser estendidas de comum acordo:					
Não utilizada	21.148	39.000	21.148	39.000	-

24 Imposto de renda e contribuição social

24.1 Composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos no ativo e passivo:

Controladora				
	Battistella Ind.e Comércio	Battistella Adm.e Partic (controladora)	Modo Battistella Reflorestamento	Total
Diferenças temporárias	-	141	-	141
Saldo em 01.01.2012	-	141	-	141
Diferenças temporárias	-	35	-	35
Saldo em 31.12.2012	-	35	-	35
Diferenças temporárias	-	-	-	-
Prejuízo fiscal/base negativa	-	22.715	-	22.715
Saldo em 31.12.2013	-	22.715	-	22.715

Consolidado				
	Battistella Ind.e Comércio	Battistella Adm.e Partic (controladora)	Modo Battistella Reflorestamento	Total
Diferenças temporárias	23	96	421	540
Saldo em 01.01.2012	23	96	421	540
Diferenças temporárias	19	48	-	67
Saldo em 31.12.2012	19	48	-	67
Diferenças temporárias	20	27	-	47
Saldo em 31.12.2013	20	27	-	47
Imposto de renda e contribuição social diferido líquido 31.12.2013	(20)	22.688	-	22.668

Os créditos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social foram apurados em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, e tem por base os prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas apurados pela Controladora, ou seja, os resultados fiscais apurados no segmento veículos pesados.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros, elaborada e fundamentada em premissas internas e externas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A Administração prevê que os impostos diferidos decorrentes da previsão de lucro futuro serão realizados em até oito anos, e tem como base, plano de negócios preparado pela Administração em conjunto com consultoria externa.

Na estimativa de lucro futuro a Administração considerou o novo cenário interno da Companhia, tendo em vista as implementações estratégicas e reestruturações efetivadas, com objetivo de consolidar suas atividades operacionais e consequentemente incremento no seu resultado econômico, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, bem como o cenário externo no mercado em que atua.

Com relação ao cenário interno, conforme detalhado na nota explicativa 1, a Companhia vem paulatinamente reestruturando-se, através de incorporações entre as empresas, venda de ativos operacionais e não operacionais, e renegociações da dívida, tais como a incorporação da Battistella Veículos Pesados pela Battistella Administração e Participações em novembro de 2011; a venda das empresas Battistella Distribuidora em dezembro de 2011 e da controlada Modo Battistella Reflorestamento S/A em março de 2012 (nota explicativa 1.b); como renegociação da dívida houve a emissão de debêntures de longo prazo da Companhia em junho de 2011 e o resgate antecipado em dezembro de 2012, além da emissão de Debêntures pela controlada em conjunto da Itapoá Terminais Portuários, em abril de 2013, o que culminou com a liquidação antecipada do empréstimo com o Banco BVA e com isso espera-se que o nível de movimentação portuária no qual a Companhia opera serão suficientes para cobrir as necessidades de caixa daquele segmento (nota explicativa 1.c).

Com relação ao cenário externo, a Administração baseou seu Plano de negócio nas projeções de crescimento do mercado em que atua, o qual indica crescimento pelo estímulo à economia, com a entrada da fabricante parceira no mercado de Semipesados, além de outras premissas econômicas atuais. Diante disso, tal cenário baseou-se em uma visão moderada e conservadora, concentrando esforços para o crescimento sustentável de sua operação. Além disso, o Plano de negócios da Companhia considera que os macro-indicadores econômicos tendem a permanecer estáveis no período, e que os volumes de vendas nacionais de veículos pesados e semipesados tendem a crescer de maneira uniforme.

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para as controladas Battistella Indústria e Comércio Ltda., Battistella Máquinas Indústria e Comércio Ltda., Tangará Participações Ltda. e Battrol Importadora e Distribuidora de Rolamentos e Peças Ltda. e Battistella Trading S/A, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que tais empresas possam utilizar os benefícios destes. Em 31 de dezembro de 2013, os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social destas empresas somavam, respectivamente, R\$ 195.483 e R\$ 233.626.

24.2 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

	31.12.2013		31.12.2012	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	(2.643)	(3.153)	(31.545)	(27.130)
Resultado antes do IRPJ e da CSLL das operações continuadas				
Imposto de Renda e Contribuição Social à alíquota de 34%	899	1.072	10.725	9.224
Efeito tributário das principais adições (exclusões):				
Equivalência Patrimonial	2.631	6.656	(9.213)	(9.017)
Provisões não dedutíveis	(109)	(8.043)	(2.473)	(7.561)
Efeitos da Lei 11.638/2007 - RTT	478	345	(4.678)	(5.052)
Diferenças de tributação empresas controladas - lucro presumido	-	-	-	(1.136)
Refis	(1.898)	(2.112)	-	-
Despesas não dedutíveis	456	657	-	-
Tributos com exigibilidade suspensa	356	356	(3)	2.475
Resultados em operações de Swap, não dedutíveis (efeito temporal)	-	-	-	10
Prejuízos fiscais e bases negativas geradas no exercício, sem crédito diferido	(317)	(436)	1.167	1.468
Crédito fiscal diferido	30.836	31.415	-	-
Outros efeitos líquidos	(3.214)	718	1.839	2.532
	<u>29.219</u>	<u>29.556</u>	<u>(13.361)</u>	<u>(16.281)</u>
Imposto de renda e contribuição social	30.118	30.628	(2.636)	(7.057)
Corrente	(718)	(787)	(2.651)	(7.224)
Diferido	30.836	31.415	15	167
Despesas contabilizada no resultado - operações continuadas	<u>30.118</u>	<u>30.628</u>	<u>(2.636)</u>	<u>(7.057)</u>

Composição dos impostos diferidos no resultado

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Impostos diferidos				
Impostos diferidos reconhecidos no exercício corrente sobre prejuízos fiscais	(30.884)	6	(31.464)	2
Baixa (reversão de baixas anteriores) de impostos diferidos ativos	37	(89)	12	45
Baixa (reversão de baixas anteriores) de impostos diferidos passivos	11	98	37	120
Reflexo contabilizado no resultado	(30.836)	15	(31.415)	167

25 Receitas operacionais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
<u>Receita operacional bruta</u>				
Vendas	1.233.567	753.122	1.304.882	849.373
Prestação de serviços	26.303	21.608	29.308	26.888
Outras receitas	439	395	7.110	5.984
	1.260.309	775.125	1.341.300	882.245
<u>Deduções sobre vendas/serviços</u>				
Impostos sobre vendas/serviços	(135.142)	(74.031)	(143.273)	(84.991)
Devoluções e abatimentos	(4.080)	(7.023)	(4.576)	(7.392)
	(139.222)	(81.054)	(147.849)	(92.383)
<u>Receita operacional líquida</u>	1.121.087	694.071	1.193.451	789.862

26 Operações descontinuadas – segmento de energia

Até final do ano de 2009 o segmento “Energia” ou “Distribuidora”, era composto de duas unidades operacionais: energia auxiliar - EA e mecânica, transmissão e potência – MTP. No entanto, a Administração decidiu descontinuar tais operações, alinhado ao planejamento estratégico da Companhia de concentrar seus negócios nos segmentos de Logística e Veículos Pesados. A descontinuidade desse segmento aconteceu em duas etapas:

- (a) Em 18 de janeiro de 2010 foram vendidos estoques, marca e outros da operação de distribuição de rolamentos industriais e outros itens de transmissão de potência (operação MTP) para a Nortel Suprimentos Industriais S/A (“Nortel”), conforme Fato Relevante desta mesma data e Comunicado ao mercado de 18 de fevereiro de 2010. O valor da referida operação se aproxima do saldo contábil existente em 31 de dezembro de 2009.
- (b) Em 9 de dezembro de 2011 foi assinado contrato de intenção de venda das operações da operação de Energia Auxiliar (operação EA) junto a SDMO do Brasil, sendo assim, todos os ativos e passivos da operação foram reclassificados para uma conta própria no ativo e passivo circulantes, que foram mantidos até que fosse completada a operação, o que ocorreu efetivamente em 03 de fevereiro de 2012.

Análise do prejuízo do exercício das operações descontinuadas

O resultado das operações descontinuadas incluídos na demonstração do resultado está apresentado a seguir. O prejuízo comparativo e os fluxos de caixa das operações descontinuadas foram reapresentados para incluir essas operações classificadas como descontinuadas no período corrente.

	Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012
Resultado do exercício das operações descontinuadas		
Receita com vendas e serviços	-	9.032
Outras receitas	-	24
	-	9.056
Deduções sobre a receita bruta	-	(1.677)
Custo das vendas	-	(5.788)
Lucro bruto	-	1.591
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas Comerciais	-	(854)
Despesas gerais e administrativas	-	(738)
Resultado financeiro, líquido	-	53
Outras receitas operacionais	-	15
	-	(1.524)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	-	67
Imposto de renda e contribuição social	-	(39)
Lucro (prejuízo) do exercício operações descontinuadas	-	28

Ativos da controladora, diretamente associados a ativos de operações descontinuadas.

	Controladora	
	31.12.2013	31.12.2012
Saldo inicial	-	15.665
Transferência de investimento para operação descontinuada	-	(15.665)
Reflexo na controladora	-	-

Fluxo de caixa das operações descontinuadas

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) de 31 de dezembro 2013 - Operações Descontinuadas
(valores expressos em milhares de reais)

	Operações Descontinuadas	
	31.12.2013	31.12.2012
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) antes do IR e CSLL (operações descontinuadas)	-	28
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) antes do IR e CSLL		
Depreciação e amortização	-	(141)
Provisão para contingências	-	1
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	-	(1.092)
Estoques	-	225
Impostos a recuperar	-	458
Outras contas a receber	-	100
Despesas antecipadas	-	10
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	-	(131)
Obrigações tributárias e sociais	-	(1.029)
Adiantamento de clientes	-	634
Transações com partes relacionadas	-	171
Outras contas a pagar	-	(43)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	-	(809)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Alienação de ativo imobilizado	-	575
Aquisição de ativo intangível	-	(20)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	-	555
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de empréstimos e financiamentos - terceiros	-	(1)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	-	(1)
REDUÇÃO LÍQUIDA DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES		
DE CAIXA OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	-	(255)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	-	558
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	-	303
	-	(255)
	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

27 Informação sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

Battistella Administração e Participações S.A.
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Custos variáveis (matérias primas e materiais de consumo)	987.042	601.897	1.020.612	627.612
Alugueis	6.513	6.073	8.614	9.166
Depreciação, amortização, exaustão	1.784	2.035	5.365	19.656
Despesas de pessoal	54.855	44.645	70.786	70.638
Despesas tributárias	4.926	3.208	6.336	3.513
Frete e carretos	3.899	2.389	7.554	7.801
Bonificações, revisões e manutenção RM	1.283	2.259	1.283	1.818
Honorários assessores jurídicos e terceiros	6.253	14.483	9.737	20.838
Indenizações judiciais	352	-	5.394	964
Outros	18.100	23.756	32.396	39.196
Total	1.085.007	700.745	1.168.077	801.202

Classificados como:	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	1.003.444	617.022	1.067.104	695.888
Despesas comerciais	27.784	17.571	32.781	25.917
Despesas gerais e administrativas	53.779	66.152	68.192	79.397
Total de despesas	1.085.007	700.745	1.168.077	801.202

28 Outras receitas e despesas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Resultado baixa e/ou alienação de investimento	(45)	(1.398)	(1.356)	86.302
Provisão para contingências	1.358	(7.425)	10.605	(22.047)
Resultado com baixa e/ou alienação do ativo imobilizado (a)	18.738	3.155	19.935	8.397
Recuperação de custos e despesas	1.609	39	2.433	473
Multas	(601)	(29)	(1.889)	(103)
Outras receitas e (despesas) operacionais	846	(7.618)	7.877	(8.066)
Total	21.905	(13.276)	37.605	64.956

(a) Veja mais detalhes na nota explicativa 1 e 13.

29 Resultado financeiro

29.1 Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Juros ativos	1.064	653	1.600	1.609
Juros s/operações de mútuos	131	1.960	-	1.847
Rendimento de aplicações financeiras	922	390	1.360	515
Descontos obtidos	109	91	124	180
Ajuste a valor presente	(241)	1.031	(228)	1.076
Outras receitas financeiras	-	5	1	6
Total	1.985	4.130	2.857	5.233

29.2 Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(34.269)	(38.583)	(34.386)	(39.959)
Juros passivos sobre parcelamentos	(6.611)	(2.753)	(7.599)	(3.800)
IOF	(6.654)	(5.392)	(6.660)	(5.393)
Juros de mora	(303)	(121)	(397)	(607)
Comissões sobre debêntures	(30)	(1.916)	(30)	(1.916)
Despesas bancárias	(1.192)	(498)	(1.423)	(921)
Descontos concedidos	(788)	(719)	(805)	(756)
Ajuste a valor presente	430	(671)	290	(838)
Outras despesas financeiras	(5.142)	(682)	(5.550)	(1.156)
Total	(54.559)	(51.335)	(56.560)	(55.346)

29.3 Variação cambial

A variação cambial é representada substancialmente por operações comerciais de exportações e importações, além de variação sobre contratos de empréstimos em moeda estrangeira.

Na controladora o montante de variação cambial passiva é de R\$ 352 em 31 de dezembro de 2013 (variação cambial passiva de R\$ 1.054 em 31 de dezembro de 2012) e no consolidado o montante de variação cambial passiva é de R\$ 1.259 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 1.671 de variação cambial passiva em 31 de dezembro de 2012).

30 Informações por segmento

A Companhia procedeu com a segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma como principal tomador de decisão gerência o negócio considerando os critérios estabelecidos no CPC 22 – Informação por Segmento (IFRS8).

Os segmentos e produtos estabelecidos pela Companhia são:

- (a) Florestal (Industrialização de componentes de madeira);
- (b) Veículos pesados (veículos novos Scania, veículos seminovos e peças e serviços); e
- (c) Logística Porto (porto para logística de *contêineres*, localizado em Santa Catarina).

As informações por segmentos reportáveis estão apresentadas a seguir:

30.1 Receitas e resultados por segmento

A abertura de receitas e resultados por segmentos está disposta a seguir:

	CONSOLIDADO											
	31.12.2013						31.12.2012					
	FLORESTAL	VEÍCULOS PESADOS	LOGÍSTICA PORTO +	OUTROS	Eliminação Porto +	TOTAL	FLORESTAL	VEÍCULOS PESADOS	LOGÍSTICA PORTO +	OUTROS	Eliminação Porto +	TOTAL
Receita líquida das operações continuadas	72.364	1.121.087	23.905	-	(23.905)	1.193.451	98.883	694.071	30.504	-	(30.504)	792.954
Variação do valor justo dos ativos biológicos	-	-	-	-	-	-	(801)	-	-	-	-	(801)
Custo dos serviços prestados	(63.660)	(1.003.444)	(9.167)	-	9.167	(1.067.104)	(81.857)	(617.022)	(17.570)	-	17.570	(698.979)
Lucro bruto das operações continuadas	8.704	117.643	14.738	-	(14.738)	126.347	16.125	77.049	12.934	-	(12.934)	93.174
Despesas (receitas) operacionais	(5.303)	(59.658)	(26.359)	943	26.359	(64.018)	51.891	(96.999)	(19.473)	(422)	19.473	(45.538)
Resultado antes do resultado financeiro das operações continuadas	3.401	57.985	(11.621)	943	11.621	63.329	68.016	(19.950)	(6.539)	(422)	6.539	47.644
Resultado financeiro	(863)	(52.769)	(6.281)	(155)	6.281	(53.787)	(2.595)	(47.484)	(36.677)	(313)	36.677	(50.392)
Lucro antes dos efeitos tributários das operações continuadas	2.538	5.216	(17.902)	788	17.902	8.542	65.421	(67.434)	(43.216)	(735)	43.216	(2.748)
Imposto de renda e contribuição social	544	30.118	5.653	(34)	(5.653)	30.628	(4.383)	(2.636)	13.663	-	(13.663)	(7.619)
Participação acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6)
Prejuízo líquido do exercício das operações continuadas	3.082	35.334	(12.249)	754	12.249	39.170	61.038	(70.070)	(29.553)	(735)	29.553	(9.773)
a) Conciliação das receitas dos segmentos reportáveis de operações continuadas com os totais das demonstrações financeiras:												
Total de receitas para segmentos reportáveis para operações continuadas						1.193.451						792.954
Eliminação de receitas entre segmentos de operações continuadas						-						(13.092)
Receita líquida da entidade de operações continuadas						1.193.451						789.862
b) Conciliação dos lucros (prejuízos) dos segmentos reportáveis de operações continuadas com os totais das demonstrações financeiras:												
Total do lucro (prejuízo) para segmentos reportáveis para operações continuadas						39.170						(9.773)
Resultado de equivalência patrimonial Porto						(12.249)						(29.553)
Eliminação de resultado entre segmentos						354						5.173
Lucro (prejuízo) do exercício						27.475						(34.153)

+ conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por segmento, as atividades realizadas através de empreendimento controlados em conjunto enquadram-se na definição por segmento operacional, tendo em vista que: (i) a empresa gerencia suas operações do empreendimento em conjunto separadamente; e (ii) os critérios para identificação desses segmentos são atendidos.

Refere-se substancialmente às operações corporativas da controladora, Battistella Administração e Participações S.A.

Receita dos principais produtos e serviços

A receita dos principais produtos já encontram-se abertas no item anterior, pois os segmentos, são segregados e representados pelos principais produtos da Companhia.

30.2 Ativos e Passivos por segmento

ATIVOS DOS SEGMENTOS	Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
FLORESTAL	45.870	55.350	165.241
VEÍCULOS PESADOS	251.586	203.149	159.368
LOGÍSTICA PORTO	256.907	255.794	239.423
OUTROS	2.972	4.390	4.341
Eliminação Porto	(256.907)	(255.794)	(239.423)
Total do ativo de segmentos divulgáveis	300.428	262.889	328.950
Conciliação dos ativos dos segmentos reportáveis de operações continuadas com os totais das demonstrações financeiras:			
Ativos relacionados às operações descontinuadas e destinados a venda	-	-	46.715
Eliminação de ativos entre segmentos	51.531	26.807	(15.602)
Total do ativo	351.959	289.696	360.063

PASSIVOS DOS SEGMENTOS	Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
FLORESTAL	46.082	59.294	58.808
VEÍCULOS PESADOS	294.865	231.209	204.128
LOGÍSTICA PORTO	199.906	206.640	216.960
OUTROS	19.746	17.420	10.695
Eliminação Porto	(199.906)	(206.640)	(216.960)
Total do passivo de segmentos divulgáveis	360.693	307.923	273.631

Conciliação dos passivos dos segmentos reportáveis de operações continuadas com os totais das demonstrações financeiras:

Passivos relacionados às operações descontinuadas e destinados a venda	-	-	33.471
Empréstimos e debêntures captados	76.296	89.110	118.533
Eliminação de passivos entre segmentos	(47.155)	(42.023)	(35.039)
Total do passivo	389.834	355.010	390.596

30.3 Outras informações dos segmentos

	Consolidado					
	Depreciação			Adições ao ativo imobilizado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
FLORESTAL	3.581	5.352	7.530	446	1.245	6.763
DISTRIBUIDORA	-	-	863	-	-	448
VEÍCULOS PESADOS	1.664	1.890	287	8.027	1.493	1.749
LOGÍSTICA PORTO	12.322	10.843	3.797	11.375	9.630	34.091
OUTRAS	-	17	413	-	-	36
Eliminação Porto	(12.322)	(10.843)	(3.797)	(11.375)	(9.630)	(34.091)
Total de adições sobre o ativo de segmentos divulgáveis	5.245	7.259	9.093	8.473	2.738	8.996

30.4 Informações geográficas

Em 31 de dezembro de 2013, todos os ativos dos segmentos reportáveis estavam localizados em território brasileiro, sendo que, substancialmente, as vendas foram realizadas no território brasileiro.

30.5 Informações sobre principais clientes

Em nenhum dos segmentos reportáveis, não há concentração de vendas por clientes, sendo que nenhum desses clientes foi responsável individualmente por mais de 10% da receita líquida total em 31 de dezembro de 2013.

31 Seguros

Em 31 de dezembro de 2013 a cobertura de seguros estabelecida pela Administração para cobrir eventuais sinistros contra incêndio e outros danos sobre o imobilizado e responsabilidade civil montava a quantia de R\$ 45.000 (R\$ 135.718 em 31 de dezembro de 2012).

32 Compromissos

A Companhia possui contratos firmados de locações de imóveis comerciais e locações de veículos para os quais tem o compromisso mensal aproximado de R\$475.

33 Arrendamentos mercantis operacionais

A Companhia arrenda uma série de armazéns e fábricas, sob arrendamentos operacionais. Esses arrendamentos normalmente duram dez anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada cinco anos, para refletir os aluguéis de mercado.

A Companhia determinou que o arrendamento do terreno e das edificações é operacional. O aluguel pago ao arrendador é ajustado de acordo com os preços de mercado, em intervalos regulares, e o Grupo não participa no valor residual. Consequentemente, foi determinado que, basicamente, todos os riscos e benefícios do arrendamento são do arrendador.

Pagamentos mínimos futuros de arrendamento mercantil

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>		
	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>01.01.2012</u>
Menos de 1 ano	2.880	-	2.880	-	-
Entre 1 e 5 anos	11.520	-	11.520	-	-
Mais de 5 anos	14.400	-	14.400	-	-
Total de arrendamento mercantil	28.800	-	28.800	-	-
Valores reconhecidos no resultado	-	-	-	-	-

34 Lucro (prejuízo) por ação

	Controladora / Consolidado			
	31.12.2013	Média em relação ao total	31.12.2012	Média em relação ao total
DENOMINADOR				
Ações ON - R\$ 1	49.911.902	33%	49.911.902	33%
Ações PN - R\$ 1	99.765.826	67%	99.765.826	67%
Total de Ações	149.677.728		149.677.728	
NUMERADOR				
Lucro (prejuízo) de operações continuadas atribuído para classes de ações - em R\$ 1	27.475.000		(34.153.000)	
Resultado de operações continuadas por ação básico e diluído	0,1836		(0,2282)	

Não há evento diluidor / não há diferença entre o prejuízo básico e prejuízo diluído na Companhia em 31 de dezembro de 2013.

35 Outras informações

A Administração efetuou a avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627 (MP 627), de 11 de novembro de 2013 e Instrução Normativa 1397 de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013. Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração ainda não concluiu se irá ou não efetuar a opção pela adoção antecipada.

De acordo com as análises da Administração e de seus consultores, caso não seja feita a opção pela adoção antecipada, há riscos relacionados à tributação sobre (i) dividendos distribuídos que excederam o lucro fiscal, apurado entre 1/1/2008 e 2013; e (ii) pagamento de JCP e apuração de resultado de equivalência patrimonial com base no patrimônio líquido societário para os anos-calendário de 2008 a 2013.

36 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela diretoria em 05 de março de 2014.